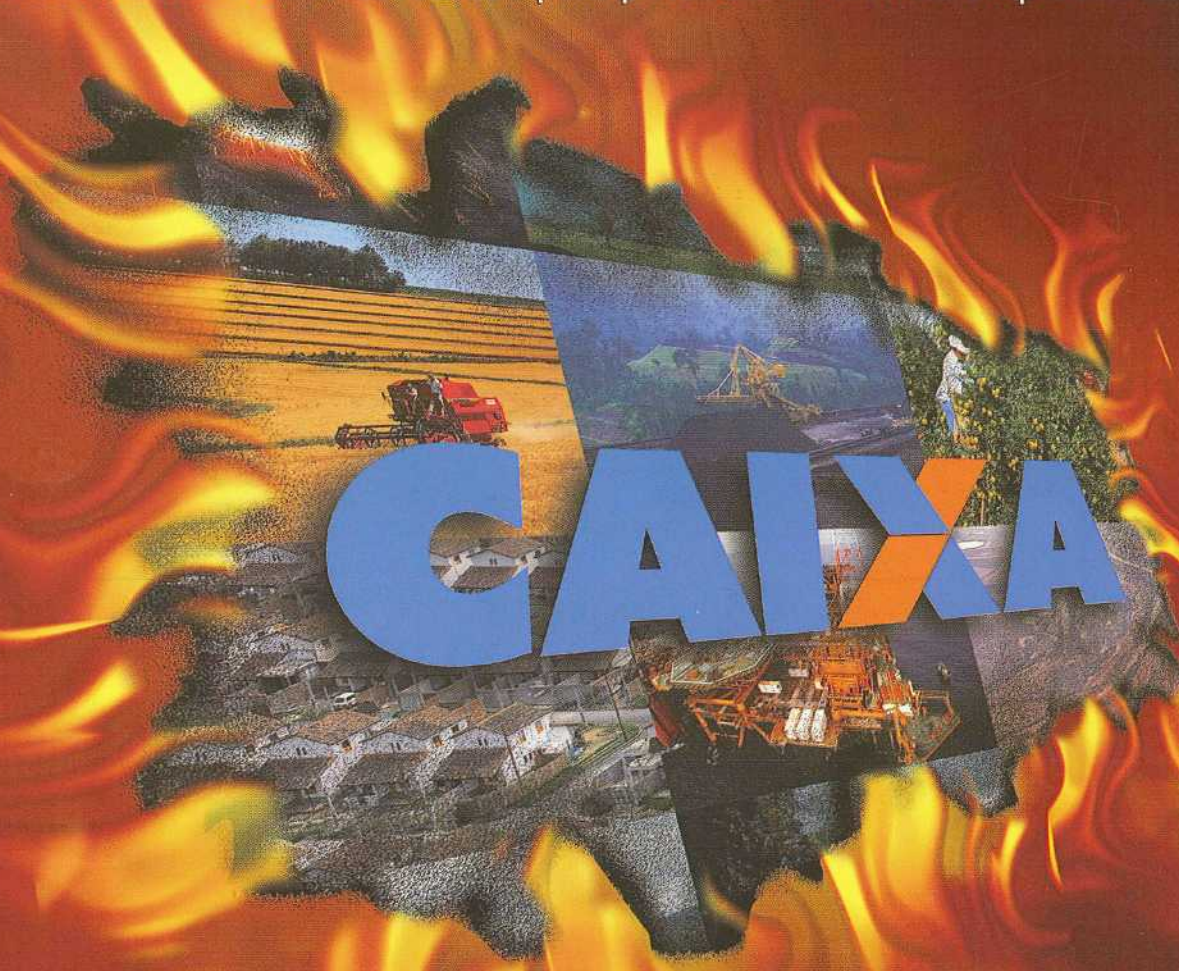


AGORA

FENAE

CAIXA AMEAÇADA

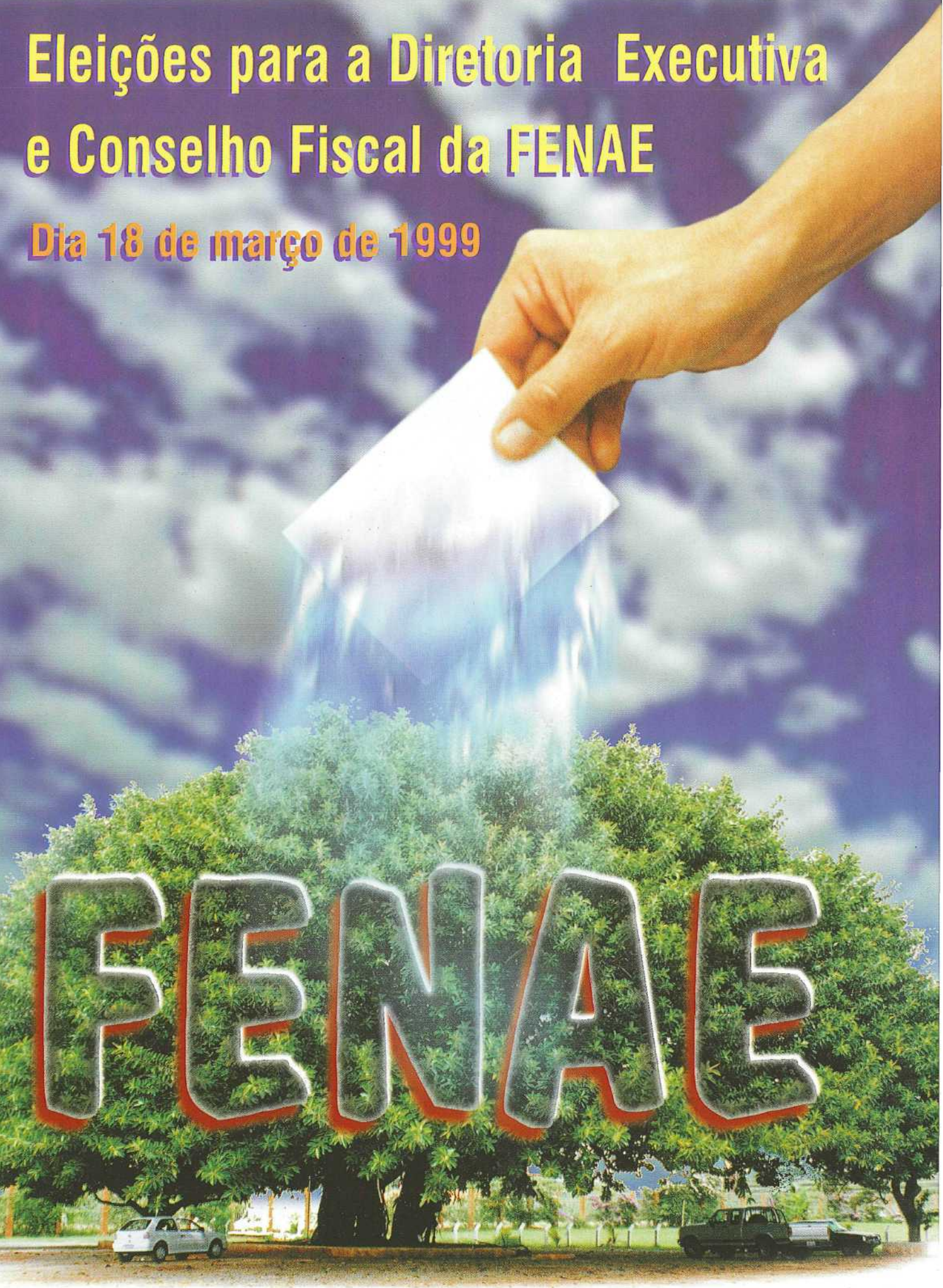
Ministério da Fazenda confirma estudos para privatizar as últimas empresas estatais

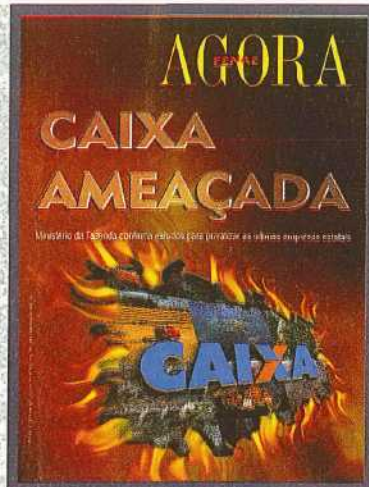


CAIXA

Eleições para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da FENAE

Dia 18 de março de 1999





Capa: Programa de privatização do governo federal ameaça a Caixa
Pág.16



A nova música popular carioca desponta no cenário nacional
Pág.29

AGORA FENAE

- 7 "E viva a democracia", segundo o colunista Jânio de Freitas
- 8 A campanha pelas diretas-já completa 15 anos em 1999
- 11 Fundos de pensão agem como vedetes dos leilões públicos
- 14 Aloysio Biondi escreve artigo sobre o falso fantasma da inflação
- 28 Maria Quitéria/a heroína da luta pela Independência do Brasil
- 32 Tárik de Souza: "Pernambuco falando para o mundo"
- 33 Beisebol, um esporte que cresce com força em todo o Brasil
- 34 Nova Jerusalém promove a mais tradicional Semana Santa do país
- 36 Modelo de energia eólica começa a ser difundido no mundo inteiro



O sapato como marca registrada de uma cultura ou uma geração está na **Pág. 25**

Publicação da FENAE -
Federação Nacional das Associações
do Pessoal da Caixa Econômica Federal

Administração e redação:

Setor Comercial Sul, quadra 1, edifício União,
6º andar, Brasília/DF, CEP: 70300-901
Telefone: (061) 323-7516
Fax: (061) 325-6.057
Homepage: www.fenae.org.br
E-mail (Internet): fenae@fenae.org.br

Diretoria Executiva

Presidente:

Carlos-Caser

Vice-Presidente:

Jose Jbrancisco Zimmermman

Diretor Financeiro:

Carlos Borges

Diretor de Relações no Trabalho:

João Alberto Garcia IVloschkovich

Diretor Administrativo:

Admilson dos Santos Canuto

Diretor de Esportes:

Jorge Cruz Marçal

Diretor Cultural:

Emanoel Souza de Jesus

Suplente: José Durval Fernandes Reis

Conselho Fiscal

Orlando Martins Pinto (In memoriam)

Jesus Rodrigues Alves

Cláudio Pimentel Corrêa

Suplente

Bernadete Santos de Aquino

Conselho Deliberativo Nacional

Presidente: Jorge Peixoto de Mattos

Vice-Presidente: Maria Auxiliadora N. de Almeida

Secretário: Ferriando de Mello

h - - j j / -

Editor: Afonso Costa (MTb - RJ 16.234)

Redação: Antônio José, Evandro Peixoto e
Marcio Sardi

Colaboradores: Jânio de Freitas, Aloysio Biondi,

Tarik de Souza e Adacir Reis

Diagramação: Hélder Narde

Ilustração: Lisarib

Impressão: Bangraf

Tiragem desta edição: 75 mil exemplares
comprovada por PriceWaterhouse, O cu ja
carta-relatório encontra-se conosco.

Os artigos assinados são de responsabilidade dos
seus autores. As matérias podem ser reproduzidas,
desde que citada a fonte.
Distribuição gratuita

Caixa: o preço da dívida

"Diretrizes estratégicas do governo". Estas são as pendências relativas à privatização da Caixa, segundo o presidente da empresa, Emílio Carazzai. Diretrizes estratégicas, diga-se de passagem, são estudos realizados pelo Ministério da Fazenda quanto às possíveis perdas e/ou ganhos para a política econômica do governo, tendo como contraponto o fisiologismo político, já que ano que vem teremos eleições para as prefeituras, determinantes para a eleição presidencial de 2002.

Os estudos do governo passam pela privatização, transformação da Caixa (e demais bancos federais) em banco de segundo linha ou apenas em agência

de desenvolvimento. Seja qual for a determinante, entretanto, o "enxugamento" dos bancos federais está entre as prioridades do governo.

A ação governamental tem um grande motivador: "resgatar a credibilidade externa do país", ou seja, acenar para os especuladores internacionais que o Brasil continua um paraíso para os agiotas. Afinal de contas, o real está soçobrando e apenas uma nova enxurrada de dólares pode salvá-lo.

Os porta-vozes do governo insistem

em apontar a dívida interna como principal problema. Jogam areia nos olhos dos incautos para manter os interesses internacionais predominantes em nosso país. Tudo como sempre foi! Não mudou em nada a submissão dos nossos governantes aos interesses do governo norte-americano.

Esses mesmos porta-vozes falam do ajuste fiscal, mas negam-se a debetê-lo abertamente com a sociedade. Não o debatem porque sua base de sustentação é quem mais deveria contribuir para o Estado e não o faz.

Não é à toa que o Brasil é o campeão mundial de concentração de renda.

A saída para a crise existe e não passa por privatizações, mas sim pelo crescimento econômico e

por investimentos, que deixam de ser realizados não por falta de recursos, mas pelos exagerados juros pagos no serviço da dívida externa. É só reduzir a saída de dólares do país que teremos recursos para desenvolvê-lo.

Enquanto isso vamos procurando levar a vida. Para tanto, nada melhor do que viajar. Nesta edição trazemos Nova Jerusalém, no agreste pernambucano, que encena a paixão de Cristo, em cenário belíssimo e numa região cheia de surpresas. Vale a pena conferir (\$





Alô, alô, Internet



Divulgação

Poucos músicos brasileiros se dedicam tanto à Internet quanto Gilberto Gil. Cantada em verso e prosa na música "Pela Internet" ("Criar meu website/ fazer minha homepage/ com quantos gigabytes/ se faz uma jangada/ um barco que veleje/ que veleje nesse infomar/ que aproveite a vazante da infomará/ que leve meu e-mail até Calcutá/ depois de um hotlink/ num site de Helsinque para abastecer"), a rede mundial

também mereceu o site www.gilbertogil.com.br, que tem como principal atração os bate-papos com o compositor baiano.

Para americano ver

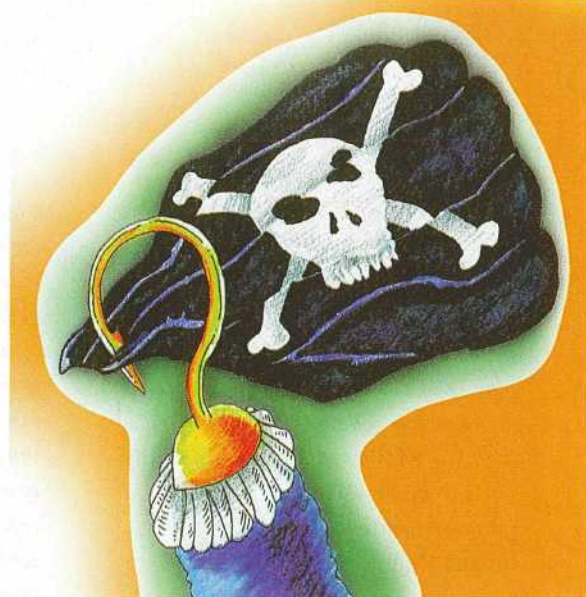
Em www.brasil.emb.nw.dc.us/bzeduinp.htm, o cinema-nôco pode acompanhar a história do cinema brasileiro. O site é da embaixada do Brasil em Washington, e conta desde o aparecimento do cinematógrafo no Rio de Janeiro até o renascimento do cinema nacional. Também toca em pontos importantes dessa história, como a Cinédia e outras companhias, a chanchada, o cinema novo, o movimento tropicalista no cinema e o cinema marginal.

A opinião da FENAE

Logo na página inicial do site da FENAE está a porta de entrada para os artigos mais recentes escritos por diretores da Federação.

Muitos deles têm a colaboração de deputados federais, que compartilham das opiniões do movimento dos empregados da Caixa Econômica Federal. Um dos artigos, "Privatizar para quê?", foi escrito pelo presidente Carlos Caser. Boa leitura!

Piratas cibernéticos



Segurança pouca é bobagem quando oshackers resolvem invadir sua tela. Os piratas de micro (ou crac^ers) são especialistas em programação de computadores e por isso têm facilidade para entrar nos sistemas dos provedores para "fazer a festa".

Os mais inofensivos se contentam em capturar as senhas dos usuários para jogar de graça na rede. Os profissionais descobrem o número dos cartões de crédito usados na rede para gastar verdadeiras fortunas. São coisas fáceis de fazer se o provedor de acesso não tiver sistema de segurança para tranquilizar seus usuários.

Luta territorial

A história do Amapá vai além da fama de ponto extremo nacional. A região, que já foi conhecida como Costa do Cabo Norte e, posteriormente, Araguari, foi assediada pelos holandeses, ingleses e franceses, donos, respectivamente, dos vizinhos Suriname, Guiana e Guiana Francesa. Mesmo com o tratado de Utrecht, de 1713, a França continuou a reivindicar o território. Somente em 1900 uma comissão de arbitragem sediada em Genebra deu ganho de causa ao Brasil. Mais detalhes e links podem ser encontrados em www.brasil.gov.br/mapa/ama-pa.htm.



Dos LEITORES

Zé Côco do Riachão

A edição nº 11 da FENAE AGORA, dezembro/98, está muito interessante. Algumas reportagens atuais e, principalmente, a dica sobre as férias...O documento sobre "Zé Côco do Riachão" peca apenas por não trazer (ou não saber informar) onde adquirir suas obras. Pesquisei na Web e não encontrei nada...

Eduardo Conte Righes
Cuiabá (MT)

NR - Embora tenha feito a melhor música caipira de todos os tempos em nível mundial, Zé Côco do Riachão foi um artista que viveu no ostracismo boa parte dos seus 86 anos, desconhecido do grande público brasileiro. A mídia ignorava a obra desse que foi considerado pela TV alemão "Beethoven do sertão". Daí a dificuldade de se achar nas lojas especializadas os dois vinis "Brasil puro" (1980) e "Zé Côco do Riachão" (1981) e o CD "Vôo das garças" (1987). Talvez com um pouco de paciência e um tanto de sorte, não sem antes andar um bocado, o leitor adquira algumas das obras de Zé Côco do Riachão. Aproveitamos a oportunidade para reafirmar que o objetivo da revista FENAE AGORA é debater e fortalecer a cidadania de toda a população brasileira.

Ciclismo

Referente à matéria "Adrenalina em duas rodas" veiculada na edição nº 11, dezembro/98, cumprimento e parabênzinhos à revista pela excelente matéria numa época em que o ciclismo ascende no Brasil. Cabe a mim valorizar e difundir o ciclismo, pois sou pai do atual campeão brasileiro, o jovem Luciano Pagliarini, que para a temporada de 1999 assinou contrato com a equipe italiana de ciclismo de Treviso. Luís Pagliarini
Londrina (PR)

Trocadilho

Deve ser um trocadilho poético ou um exercício filosófico por enfatizar a dialética, mas FENAE AGORA tem conteúdo inspirante e a forma é o que há, simplesmente. E

o que são as flores do mal de Baudelaire, senão boas flores? E que sentido existe na vida que a bondade? É louvável a diversidade da revista. Uma esperta e boa vigilância da cidadania. Registro a clareza de raciocínios, ainda que jornalísticos, constante na publicação. A parte turística é muito boa. O famoso Tárk de Souza com os tópicos musicais e Aloysio Biondi, que revela acuidade perceptiva no desenrolar econômico. É mesmo necessária uma oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso.

Ronaldo Soares dos Reis
Porto Alegre (RS)

Violência

Cumprimento-lhes pela qualidade da FENAE AGORA, não só na parte gráfica mas no próprio tipo de papel, na bela paginação e nos ótimos colaboradores. Durante algum tempo exerci o cargo de primeiro-secretário da FENAE e era responsável pela confecção do jornal da nossa Federação. José Gabrielense Gomes Duarte era o presidente. Nesta época organizamos a campanha pelas seis horas de trabalho, reunindo em Brasília representantes de todas as filiais da Caixa, provenientes da base do movimento associativo e não de sua cúpula. Nisso creio que inovamos, pois entregamos às próprias bases a deliberação sobre algo que lhes interessava de perto. Foi um lindo movimento e tínhamos um bom jornal. Nunca poderia imaginar que ele conseguisse atingir o nível dessa revista, que é uma agradável surpresa para todos os que entram em contato com a publicação...

...Chegou a vez do macaco. A capa da edição de dezembro/98 está super violenta. Parece até a atitude de Sérgio Cutolo com os empregados da Caixa, ativos e aposentados. Espero que sua excelência não se ofenda... Não estou querendo compará-lo com o macaco, pois ele é até simpático. Falo apenas sobre seu procedimento desumano com os economiários, cumprindo ordens da equipe econômica do governo, que está destruindo o país em nome de uma pretensa globalização e que, por sua vez, não passa de uma nova abertura dos portos para os

países desenvolvidos...

...Basta de "muro das lamentações". Muito bem feito o artigo sobre a violência mas, no meu entender, não devia merecer tanto destaque. Não podemos ignorar que ela existe, porém quanto menos a divulgamos melhor será. Devemos sim falar mais sobre a paz, a boa vontade, a solidariedade: coisas que aproximam os povos... A violência tem como pai o ódio e como mãe a miséria. Em vez de ignorá-la, temos que combatê-la e nada melhor para isso do que organizarmos uma rede pela paz, como a que fizemos pelas seis horas-já! Assim nos recomendamos Nossa Senhora em livros por ela inspirados, pedindo que utilizemos o enorme poder contido nas orações, como os versículos da Bíblia sagrada, a belíssima "Ave Maria", o maravilhoso "Pai Nosso" ou outras de crenças diversas, como o mantra "Om", o "Hare Krishna", as sutras do Alcorão, os upanishads indianos, os cânticos do budismo, o taoísmo, o zen... Luiz Vinícius Guimarães Bertoletti
Brasília (DF)

Padrão

Tomamos conhecimento da FENAE AGORA e gostamos da revista. Essa publicação tem um excelente padrão e ótimos artigos.

Ficamos interessados em recebê-la, já que somos um sindicato com base em todo o estado do Rio de Janeiro e temos hoje, aproximadamente, 20 mil filiados. Jaime de Bona
Presidente do Sindicato dos Servidores Civis nas Forças Armadas
Rio de Janeiro (RJ)

A seção "Dos Leitores" é o espaço de opinião do leitor. FENAE AGORA se reserva o direito de resumir as cartas, sem prejuízo do conteúdo. As correspondências devem ser devidamente identificadas (assinatura e endereço).

Imprens@fenae.org.br

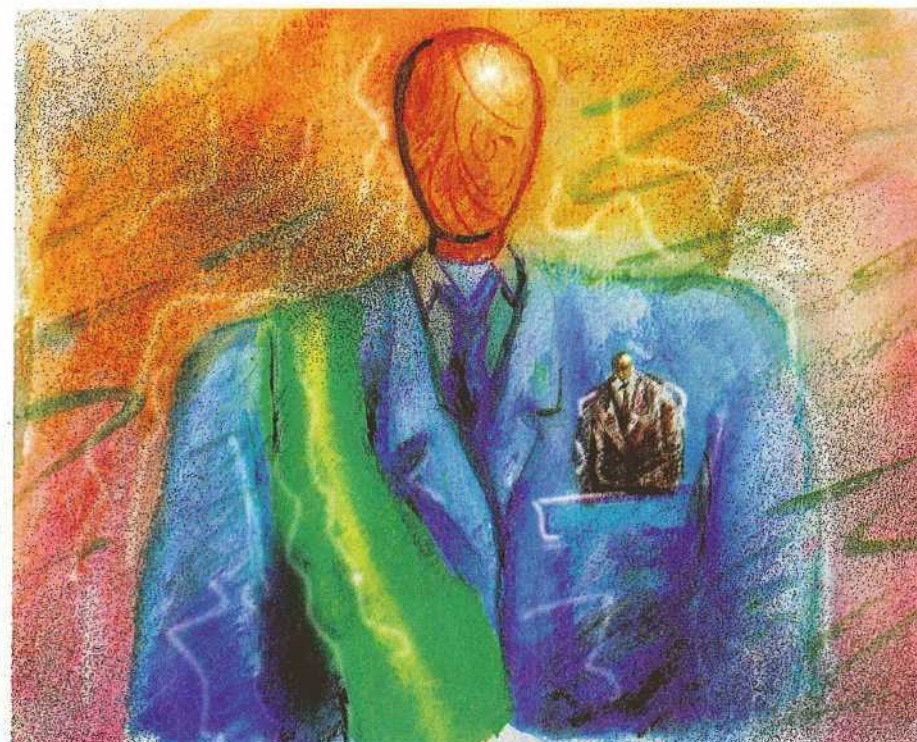


E viva a democracia

■ Jânio de Freitas

Os modos usuais de identificar um Estado democrático são mais do que insuficientes: são, vários deles, ridículos. É o caso, bem à nossa mão, da existência de eleições pelo voto popular e sem restrições de ordem ideológica. E a influência do poder econômico na composição do Congresso e na disputa por cargos de executivo, não macula o teor democrático das eleições? A propósito, só 2% das contribuições declaradas pelo candidato Fernando Henrique, na campanha da reeleição, foram individuais. O que nem quer dizer que tenham sido populares. Os 98% restantes foram dados por grandes grupos econômicos, sobretudo do setor financeiro. Isso não explica nada, sobre o teor dito democrático da eleição e sobre o próprio governo Fernando Henrique, no primeiro como no segundo mandato?

A vigência de uma Constituição que preceitua o estado de direito com o livre funcionamento do Congresso e a plena cidadania, é outra característica de democracia muito utilizada, inclusive no Brasil, claro. Mesmo que grande parte dos preceitos constitucionais não se aplique por falta de regulamentação e, dizem alguns, de vergonha. Mesmo, também, que o presidente-democrata já se aproxime da medida provisória de número 2.000. Mesmo, ainda, que haja medidas provisórias que estão em vigor mas, sem apreciação pelo Congresso, (porque obviamente contrárias às aspirações mais generalizadas), são reeditadas mensalmente



desde os inícios do primeiro mandato de Fernando Henrique. Existem, e todo o país a elas se sujeita, como os decretos das ditaduras explícitas. Mas, no entender difundido, o Brasil está em pleno estado de direito.

Alguns valores que atestam a democracia são consagrados no Brasil. A igualdade de tratamento é um deles. Entre civis e militares, por exemplo, é de uma nitidez que cega.

A liberdade de imprensa é outro. A liberdade com que as empresas de meios de comunicação atrelaram-se ao governo foi total. Dependeu estritamente delas

cederem, ou não, à nostalgia que as acometeu. Cederam, e voltaram aos hábitos de governismo irrestrito adquiridos durante as duas décadas de ditadura.

Pelo menos a soberania nacional está inquestionavelmente preservada e defendida pelo governo. Embora o nosso presidente Michel Camdessus tenha que acumular essa e outras tarefas com a direção do FMI.

Jânio de Freitas,
jornalista



O povo ocupa as

A campanha pelas diretas-já, no ano de 1984, foi marcada por ampla mobilização pop

Da campanha pela abolição da escravatura ao movimento diretas-já, o povo brasileiro tem saído às ruas e às praças do país para marcar presença e exigir mudanças. Foi isto o que aconteceu no ano de 1984, marcado por imensa mobilização popular que varreu o Brasil dos sertões

nordestinos aos grandes centros urbanos. Eram os comícios pelas eleições diretas e a consciência do fim da ditadura militar que comandava o país com mão de ferro.

Tudo começou com uma concentração de 10 mil pessoas na praça Charles Müller, em 27 de novembro de 1983, em São Paulo. O ato foi organizado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e teve o objetivo de levar para as ruas a

campanha que visava alterar a maneira de escolha do presidente da República, impedindo assim que seu novo mandato fosse escolhido por um Colégio Eleitoral, que fora construído para referendar um nome já previamente apontado pelos governantes militares.

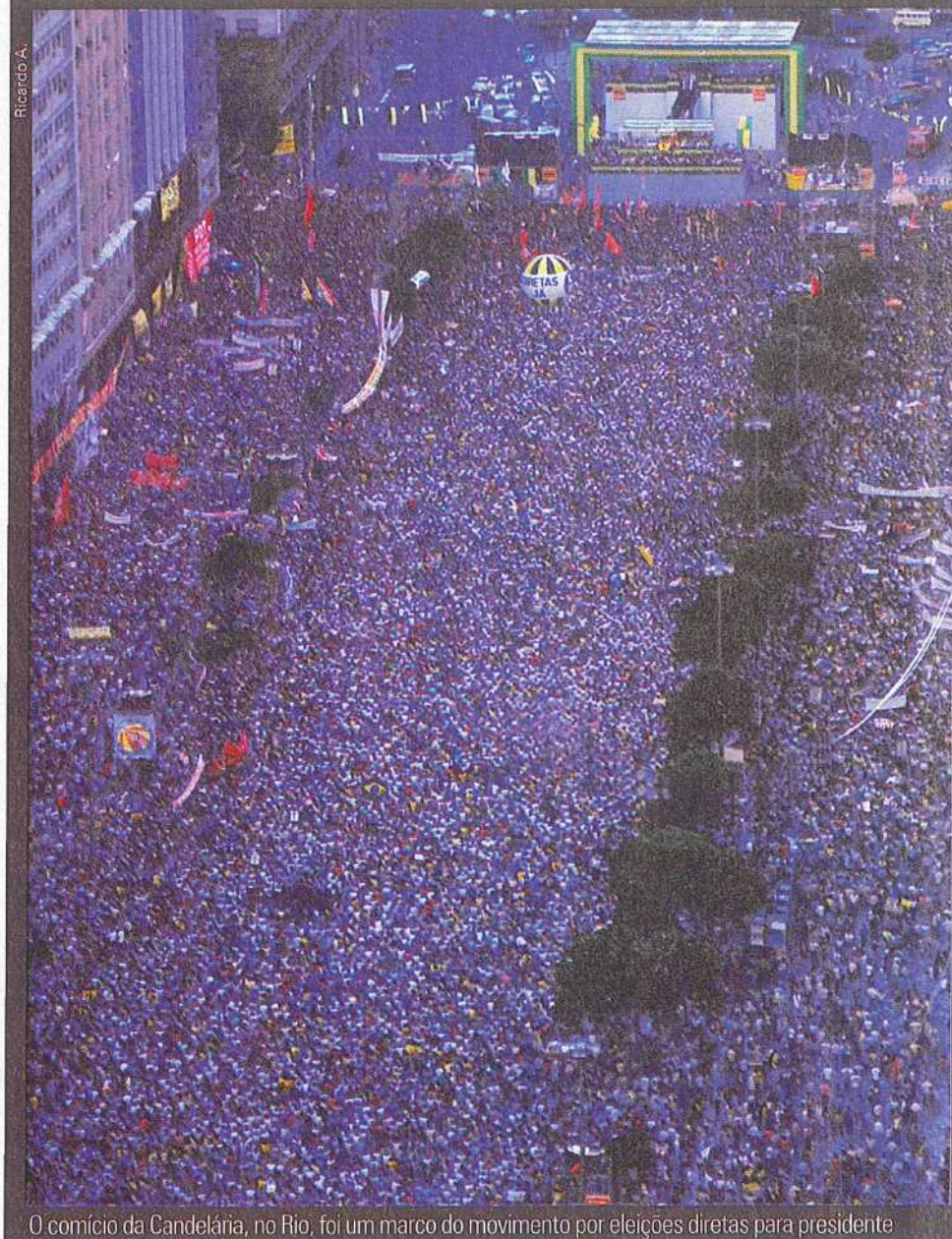
Uma das características da campanha pelas diretas-já no país, que completa, agora em 1999, 15 anos de existência, foi seu crescimento como um barril de pólvora. Tanto que o movimento espalhou-se Brasil a fora em menos de seis meses. Comícios, concen-



ruas

ar de ponta a ponta do Brasil

trações, passeatas e "panelaços" (barulho provocado pela população batendo panelas vazias, comum em países como o Chile, Argentina e Uruguai) ocorreram nas capitais e nas grandes e pequenas cidades do país. Levantamentos feitos na época pela imprensa apontaram que mais de 10 milhões de pessoas foram para as ruas antes do dia 25 de abril, quando foi votada a emenda constitucional Dante de Oliveira (como ela ficou conhecida) que, se tivesse sido aprovada, restabeleceria as eleições diretas para presidente da República.



O comício da Candelária, no Rio, foi um marco do movimento por eleições diretas para presidente

Maior O auge da campanha pelas eleições diretas para presidente da República teve São Paulo como palco, em 16 de abril de 1984. Na época o vale do Anhangabaú acolheu uma multidão estimada em 1,7 milhão de pessoas, paralisando literalmente todo o centro da cidade. Foi a maior manifestação política que o Brasil já viu. Outro marco em comícios do movimento diretas-já foi o da Candelária, no Rio de Janeiro, em 10 de abril daquele ano, que reuniu cerca de um milhão de pessoas.

O tema da campanha pelas diretas-já surgiu logo depois da outorgação pelo general Castelo Branco da Constituição de 1967, mas foi apenas em 1984 que ele se tornou a principal bandeira das manifestações populares e passou a atrair cada vez

mais enormes parcelas da sociedade brasileira. Daí foi um pulo para que o movimento diretas-já se constituísse na senha da luta pela democratização do país, pela independência nacional e pela participação popular.

A emenda Dante de Oliveira não passou pelo Congresso Nacional. A eleição via Colégio Eleitoral, que culminou com a posse de José Sarney depois da morte prematura de Tancredo Neves, frustrou o anseio da população brasileira em escolher, por voto direto, o presidente da República. Três eleições diretas se passaram de 1984 para cá e, hoje, o país volta a se encontrar atomizado e continua enfrentando problemas provocados por uma crise econômica que, como sempre, atinge principalmente as camadas mais pobres da população.

Profissão: Mulher

Ana C. Pozza

*Do lar?
Só se for dinheiro
Recheando a minha carteira!
Eu sou mulher!
Mulher por inteiro.
Mulher inteira
Prefiro ser
Louca,
Des-va-i-ra-da
A ser
Isaura,
Mulher escravizada!*



De março

Dia internacional da mulher



As vedetes dos leilões públicos

Fundos de pensão revelam grande apetite nas privatizações do governo

Nem Luiz Carlos Mendonça de Barros, então ministro das Comunicações. Nem André Lara Rezende ou Pio Borges, do BNDES. Quem teve presença constante nos leilões de privatização promovidos pelo governo, desde a Vale do Rio Doce até o sistema Telebrás, foram os fundos de pensão.

Todos os grandes leilões envolveram dinheiro dos fundos - em suma, dinheiro dos trabalhadores. Dinheiro, os fundos têm. O patrimônio total do setor está estimado em R\$ 83 bilhões. Apenas os 50 maiores fundos ultrapassam US\$ 61 bilhões em ativos.

E não foram poucos os recursos que as fundações aplicaram nos leilões públicos. Desde a criação do Programa Nacional de Desestatização (PND), em 1991, quase 100 empresas públicas já passaram para a mão da iniciativa privada. Além da Vale e das telefônicas, o governo também se desfez do setor siderúrgico e das ferrovias.

No sistema Telebrás ("a maior privatização do mundo", alardearam os arautos do neoliberalismo), os fundos de pensão foram vorazes, disputando cada centavo dos R\$ 22 bilhões arrecadados. Tanto que até o BNDES resolveu conter esse • apetite, limitando a presença das fundações na Telemar a 19,9%. Mas um grupo de grandes fundos - FUNCEF, da Caixa; Previ, do Banco do Brasil; Sistel, da Telebrás; Telos, da Embratel; e Petros, da Petrobras - arrebatou uma boa parcela de empresas importantes. Sempre juntos, os cinco fundos levaram 24% da Telemig Celular e da Tele Norte Celular e 15% da Tele Centro Sul.

O preço total da Telemig Celular foi de R\$ 756 milhões; da Tele Norte Celular, R\$ 188 milhões; e da Tele Centro Sul, R\$ 2,07 bilhões.

Assim, parte do sucesso do programa de privatização pode ser creditado aos fundos de pensão. Não se poderia esperar outra coisa de fundações que, apesar de mexerem com o dinheiro dos tra-

balhadores, têm a maior parte de suas di-
retorias indicada pelo governo federal.

Títulos Não bastasse contar com os fundos para privatizar empresas públicas, o governo ainda planeja "incentivá-los" a comprar títulos da dívida pública. Seria uma refresco nas contas do governo que, até dezembro, vai ter que



pagar US\$ 12,3 bilhões apenas em juros da dívida pública. Em títulos federais, devem vencer R\$ 135,8 bilhões somente até julho.

Ou seja, a proposta paga os erros da política econômica governamental com o dinheiro dos outros. Com essa engenharia, o governo pretende tranquilizar o mercado financeiro internacional quanto aos boatos de moratória da dívida externa.

A proposta ainda está em estudo, mas caso venha à luz não terá nenhum problema para ser implantada. Isso porque, legalmente, os fundos de pensão podem voltar 100% de seus investimentos para títulos públicos. Melhor, impossível.

Essa regulamentação, que estabelece limites máximos de investimentos para cada modalidade, foi obra do Conselho Monetário Nacional (CMN), em 20 de setembro de 1994. Não por acaso, o CMN é presidido pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan.

Caso não queiram títulos públicos, os fundos podem apelar para a renda fi-

xa, na

qual podem investir até 80% de suas aplicações. Em renda variável, o limite é de 50%; em imóveis, 18%, com redução progressiva até 15% em 2002; em fundos imobiliários, empréstimos à patrocinadora, empréstimos e financiamentos a participantes, 10%; e fundos de empresas emergentes, 5%.

O deputado federal Miro Teixeira (PDT-RJ), em sexto mandato, declara-se "inconformado com a postura de alguns fundos de pensão e também com os clubes de investidores das empresas estatais, onde o trabalhador é peça fundamental". O deputado acredita que, se os fundos não fossem usados, "o governo acabaria por não ter como operar o processo das privatizações, lastreadas com o investimento dos fundos".

Já o presidente da FENAE, Carlos Caser, alerta que a proposta de "empurrar" títulos da dívida pública para os fundos não é a primeira tentativa do governo jogar sobre os fundos papéis financeiros com remuneração irrisória. Há precedentes.

Em 1997, no auge da crise que derubou os mercados asiáticos e avançava célere sobre o Brasil, o governo obrigou empresas estatais a comprarem ações nas bolsas de valores. Ao mesmo tempo, "incentivou" os fundos de pensão a fazer o

mesmo. Segundo análise do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), a intenção do governo era "manter o valor das ações e evitar quedas ainda maiores desses ativos". Em última instância, para proteger o real de ataques especulativos.

Alegria O antecedente mais grave aconteceu no que se chamou de "corrente da felicidade", manobra que redundou na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a emissão de precatórios pelos estados. Neste caso, justiça seja feita: não se pode acusar o governo de ter obrigado os fundos a participar do esquema.

Apesar disso, o senador Roberto Requião (PMDB-PR), relator da CPI, levantou à época a possibilidade de que existisse "uma orientação superior para que os fundos estatais façam operações danosas junto às mesmas empresas". Ele completou seu raciocínio: "Não me refiro a uma orientação dos superiores hierárquicos aos diretores dos fundos, mas existe uma coordenação externa a eles".

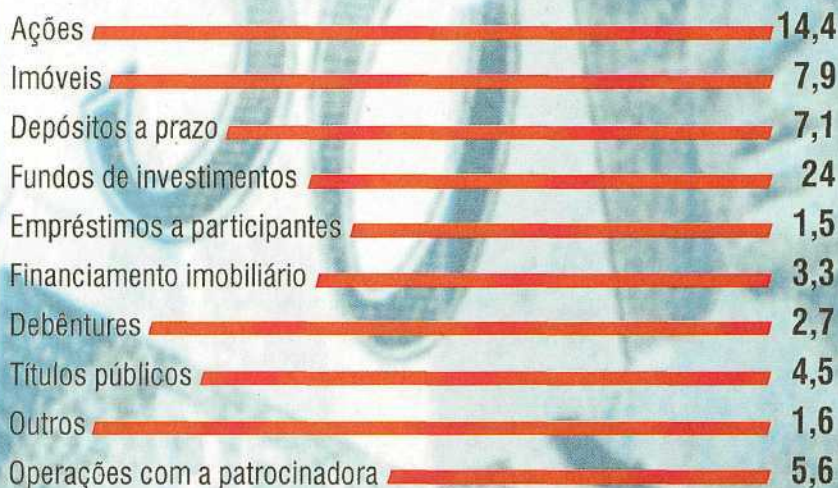
As principais conclusões daquela CPI foram tiradas após os depoimentos dos então presidentes da FUNCEF, José Fernando de Almeida, e da Petros, Francisco Gonzaga de Oliveira. As operações da FUNCEF levaram lucro de R\$ 2,4 milhões à Corretora Perfil. A Petros contribuiu com R\$ 4,7 milhões.

No entanto, nada aconteceu aos fundos, nem mesmo aos estados que emitiram precatórios ou às corretoras que foram beneficiadas.

Além de ser uma ação eticamente questionável, o uso político dos fundos de pensão para aliviar o tamanho da dívida pública pode causar prejuízos financeiros aos associados dos fundos de pensão. Carlos Caser exemplifica: "Caso a remuneração dos títulos seja inferior ao que a FUNCEF, por exemplo, consegue hoje no mercado, obviamente haverá prejuízo".



Carteira de investimentos dos fundos de pensão em 1998 (em US\$ bilhões)



Ações	14,4
Imóveis	7,9
Depósitos a prazo	7,1
Fundos de investimentos	24
Empréstimos a participantes	1,5
Financiamento imobiliário	3,3
Debêntures	2,7
Títulos públicos	4,5
Outros	1,6
Operações com a patrocinadora	5,6

Fonte: Abrapp

Isso sem contar os prejuízos para toda a sociedade. Junto à perda do patrimônio público está a possível perda de qualidade nos serviços, já verificada na Argentina, que privatizou tudo o que era estatal, e começa a se ver nas recém-vendidas empresas de telefonia. O crescimento das reclamações já bate índices três vezes maiores que o volume verificado antes da privatização.

Prioridades

Sem as amarras que o governo estuda impor, os fundos de pensão não têm muita simpatia por títulos públicos. Dos cerca de US\$ 73 bilhões que passaram pela carteira de investimentos dos fundos no ano passado, apenas US\$ 4,5 bilhões são títulos públicos (leia tabela acima). O filé mignon das aplicações esteve nos fundos de investimentos (US\$ 24 bilhões) e no mercado de ações (US\$ 14,4 bilhões).

Ao apelar para os fundos de pensão para tentar resolver seus problemas, o governo está buscando um segmento em franco crescimento. Os investimentos dos fundos em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro subiram de 2% para 9%. Ou, em termos absolutos, de US\$ 10,5 bilhões para US\$ 73 bilhões.

Um dos motivos de tanto crescimento

é o número de entidades, que saltou de 217 para 348 em 10 anos. E, se em 1988 eram 107 mil os beneficiários já aposentados, agora são 337 mil. Os dados são da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (Abrapp).

Talvez a característica de atrelamento dos fundos de pensão à política do governo federal, no Brasil, possa ser explicada através de uma comparação. Nos Estados Unidos, a participação dos trabalhadores na gestão de suas fundações é muito maior. Essa é uma das causas para que os fundos americanos tenham uma liberdade de aplicação financeira muito maior. Enquanto isso, no Brasil, tudo é regido pela regulamentação 2424 do Conselho Monetário Nacional.

Os 50 mil fundos de pensão existentes nos Estados Unidos preferem aplicar maciçamente no mercado de ações, de acordo com uma fonte na Abrapp. A liberdade é tanta que podem ser adquiridas inclusive ações de empresas estrangeiras, sem necessidade de autorização governamental. Cada fundo arca com o risco de aplicar fora do país, em especial em economias emergentes. Pelo menos nesse aspecto, nada muito diferente do que experimentam os fundos de pensão brasileiros.

FUNCEF atua forte no leilão da malha ferroviária

É impossível falar em fundos de pensão sem citar a FUNCEF. Afinal, com 50 mil participantes, 130 mil dependentes e 15 mil assistidos, a Fundação dos Economiários Federais é a segunda maior associação de Previdência fechada do Brasil. Os investimentos da FUNCEF, em junho de 1998, eram de US\$ 5,2 bilhões, segundo dados da Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Privada (Abrapp).

Pelo tamanho, a FUNCEF até que não teve participação destacada no leilão de privatização do sistema Telebrás. Ficou com apenas 0,91 % da Telemig Celular e da Tele Norte Celular. Na Tele Norte Leste, levou um pouco mais: 1,63%. Na Tele Centro Sul, acabou com 1,82%.

A presença forte da FUNCEF aconteceu na venda da malha ferroviária nacional. A fundação tem 20% da Ferropasa (junção das empresas Ferronorte e Novoste) e 12,47% do capital votante na Ferroban (a antiga Fepasa).

Possivelmente seja essa disponibilidade que o governo espera da FUNCEF, caso leve adiante a idéia de repassar aos fundos alguns títulos da dívida pública. Os associados, no entanto, devem ficar atentos.

Os riscos ao patrimônio dos empregados da Caixa, de acordo com o presidente da FENAE, Carlos Caser, estão tanto na queda de rentabilidade quanto na baixa liquidez dos títulos. "Isso pode acabar incidindo nas obrigações do fundo perante seus participantes, em especial sobre os aposentados", diz Caser.

Para que problemas como esse sejam evitados, Caser cita a democratização da gestão dos fundos, "com maior participação dos associados". Nada mais justo, pelo menos na FUNCEF: os empregados contribuem para o fundo com mais recursos que a própria Caixa.



Inflação, o falso fantasma

■ Aloysio Biondi

Para o brasileiro, nada assusta mais do que a possibilidade da inflação estar de volta, ressuscitada pela queda do real. O próprio governo, deforma deliberada, alimenta esse temores, ao anunciar insistentemente que vai manta" as taxas de juros a níveis altíssimos, porque elas seriam a arma essencial para combata-a inflação. Diagnóstico falso, mais uma vez, capaz de agravar a crise da economia, mais uma vez. Por quê? Afinal de contas, pode-se argumentar, a parada do dólar encareceu uma série de importações, inclusive matérias-primas utilizadas por setores industriais, peças, componentes etcetera. Caio. Mas é preciso desfazer a confusão - alimentada fortemente pelos meios de comunicação, notadamente nas manchetes de TV - em torno da "volta à inflação". É lógico que, nos dias seguintes à desvalorização de determinada moeda de qualquer país, haja um clima de incerteza ou mesmo pânico, que leva empresas a remarcarem preços, temerosas de "ficarem para trás", perdendo sua capacidade de lucrar, ou sofrendo prejuízos. Passado o impacto inicial, porém, há um recuo (na melhor das hipóteses) nos reajustes exagerados, ou (na pior das hipóteses) uma "parada" (ou desaceleração) nos aumentos - o que significa "fim" da inflação, já que ela significa "preços em alta", e não "preços altos". Moral da história: faz-se muita confusão, no Brasil, entre choque inflacionário, isto é, a alta de preços violenta, mas passageira, provocada por uma desvalorização da moeda, como agora, uma "volta à inflação", isto é, a alta contínua e cada vez mais veloz de preços, como no passado. Para infelicidade do país, o próprio governo, deviamattem monitorado pelo Fundo Monetário Internacional, mergulhou nessa confusão.

Mais equívocos

O primeiro índice da inflação divulgada

após a queda do real, o IGP-M, apurado pela Fundação Getúlio Vargas, atingiu 3,6%. Nível assustador"? E bom lembrar que, na Rússia, quando sua moeda, o rublo, despencou, em agosto do ano passado, houve grande tumulto na economia, "corrida" dos consumidores para fazerem estoques - e a inflação chegou aos 45% em apenas quinze dias, no começo de setembro (passada essa fase, foi voltando gradativamente a níveis mais baixos). Como explicar essa diferença brutal entre as taxas de inflação russa e brasileira? Por limitações de espaço pode-se lembrar apenas principal fator em cena: a economia brasileira já está em ritmo lento, ou recessão, há muitos e muitos meses. E daí? Nesse quadro, as empresas enfrentam quedas violentas de vendas há muitos e muitos meses, como é o caso dos automóveis e eletrodomésticos, e fazem o possível para não aumentar preços, preferindo até "engolir" uma parte da alta de custos, para não reduzir ainda mais o seu mercado. Por isso mesmo, é totalmente equivocada a política adotada pelo governo FHC/FMI: a política de juros altos tradicionalmente utilizada para "esfriar" os negócios, evitar expansão exagerada no consumo, que abre as portas à remarcação de preços. Não é o caso do Brasil. A economia está "gelada" há meses, com queda de nada menos de 9% na produção industrial em dezembro e, segundo o IBGE, recuo para o PIB nos dois últimos trimestres do ano passado.

Fantasmas reais

O novo equívoco do governo FHC agrava a recessão, o desemprego, e, ainda por cima, o risco de novas e incontroláveis explosões do real. Porquê? Os juros nas nuvens, como qualquer brasileiro esta cansado de saber, provocam rombos fantásticos no Tesouro da União e Estados, existindo cálculos que apontam para uma despesa extra de R\$ 2,5 bilhões, no pagamento de

juros, para cada 1% da taxa de juros.

Vale dizer, todo esforço de "ajuste", ou corte brutal de serviços essenciais, continua a ser devorado pelos juros, sem impedir que a dívida do governo continue a crescer. Com ela, cresce também o temor a um "calote" - os banqueiros e investidores internacionais continuam a fugir do país, que precisa de US\$ 75 bilhões neste ano, no mínimo, para pagar ou "rolar" seus compromissos externos. Isto é, o fantasma da moratória continua a apavorar o mercado financeiro internacional e, sem uma guinada na política do governo, a fragilidade do real continua intocada. Infelizmente para o país, o presidente FHC continua alinhado com o governo Clinton e o Fundo Monetário Internacional, desprezando até mesmo o exemplo de países pelos quais ele manifesta fone admiração. É o caso da França, onde o governo lançou um programa pura criação de empregos, principalmente para jovens, recrutando-os para serviços públicos, ou concedendo redução de impostos proporcional à criação de vagas, pelas empresas (nada parecido com o indecoroso cone de impostos para a venda de automóveis. No Brasil, em novo privilégio inútil a empresas e trabalhadores de um setor). O programa do governo francês foi bombardeado pelos críticos conservadores, pró-neoliberalismo e pró-FMI/Clinton. Agora, no final de fevereiro, seu aceno ficou claro: a economia francesa cresceu 3,2% em 1998, a arrecadação cresceu, o "rombo" recuou e o mercado de trabalho se ampliou em 300 mil vagas. A França não obedece ao FMI/EUA.

Aloysio Biondi,
jornalista



História do Congresso

"Ele (o Barão de Mauá) recebia em sua casa um grupo formado pelo próprio Eusébio de Queirós, o deputado Nabuco de Araújo, o senador José Clemente Pereira e os advogados Francisco Inácio de Carvalho Moreira e Caetano Soares. Em dois meses de boas conversas, eles prepararam um projeto completo de reforma do Código Comercial, para adaptar as práticas comerciais do país ao fim do tráfico. Vinte e seis anos de vida independente ainda não tinham sido suficientes para que o Parlamento cuidasse do assunto... O Gabinete, que não confiava nos parlamentares que o apoiavam, preferiu preparar a nova lei na casa do amigo industrial, deixando-a pronta para ser empregada quando viesse a hora" (in "Mauá - empresário do Império", de Jorge Caldeira, ed. Companhia das Letras, página 198).

Reformando o Judiciário

Desde 1992 tramita na Câmara dos Deputados proposta de emenda constitucional dispondo sobre a "reforma do Judiciário" (PEC 92/96), de autoria do então deputado Hélio Bicudo (PT-SP) e outros.

A comissão especial ouviu inúmeros advogados e juizes, mas de concreto, nada. Enquanto isso, o presidente Fernando Henrique Cardoso continua "reformando" o Judiciário a seu modo. Depois dos depósitos judiciais, da regulamentação das

ações diretas de inconstitucionalidade e dos superpoderes à Advocacia Geral da União, a medida provisória 1.798 subverteu princípios elementares da legislação processual, prevendo privilégios inadmissíveis em favor da União, Estados e municípios, quando o assunto for servidor público.

A sugestão oficial, ao que parece, é que os ofendidos se queixem ao bispo, e não mais ao Judiciário, como garante a Constituição da República.

Adacir Reis

Caixa, BB e mercado cambial

Nos dias que se seguiram à livre flutuação do câmbio, falou-se muito em "intervenção branca" na compra e venda de dólares, realizada pela Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, instituições oficiais que teriam amargado prejuízo nas operações.

Para esclarecer o assunto, os deputados federais Ricardo Berzoini (PT-SP) e Haroldo Lima (PCdoB-BA) requisitaram informações ao Ministério da Fazenda. É esperar para ver.

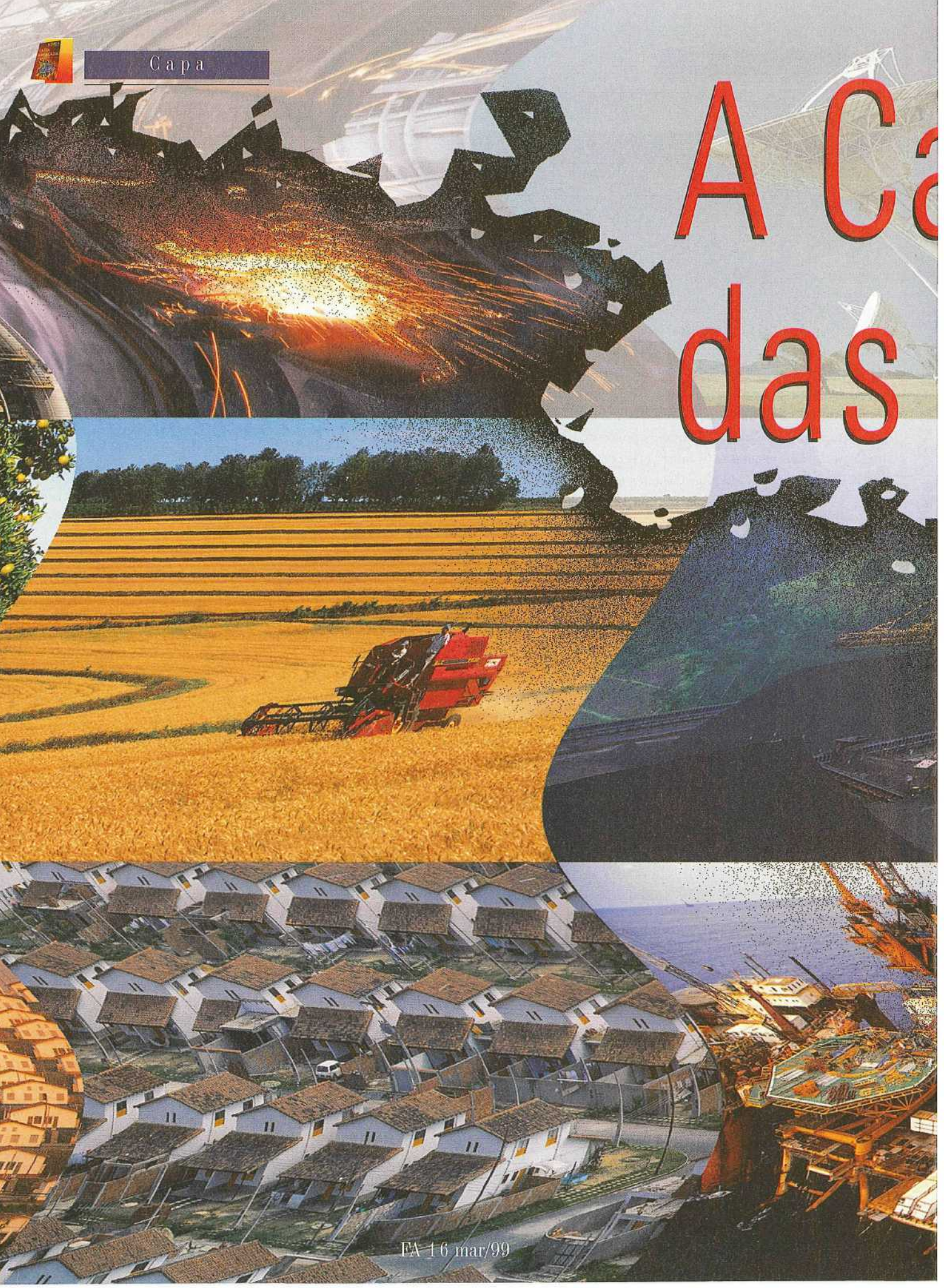


Adacir Reis, advogado e consultor legislativo



Capa

A Ca das



Caixa na dança das privatizações

O fracasso do governo Fernando Henrique Cardoso faz o real despencar e ameaça a estabilidade econômica. A crescente recessão leva o setor produtivo à falência e o número de desempregados dispara. Para fazer frente ao rombo nas contas públicas e à pressão do capital especulativo internacional, o receituário neoliberal continua prevalecendo: mais e mais privatizações. A Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal não a bola da vez.

■ Evandro Peixoto

Agora chegou a vez dos bancos públicos federais. Disso, ninguém mais duvida, até porque pouca coisa resta além da Petrobras para ser vendida e o governo de Fernando Henrique Cardoso dá sinais de desespero frente ao rombo nas contas públicas e às exigências dos especuladores.

Para comprovar que a situação pode ficar mesmo complicada para a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, o Comitê de Coordenação Gerencial das Instituições Financeiras Públicas Federais (Comif) foi reativado e decidiu, em reunião realizada no dia oito de fevereiro, pela retomada do programa de enxugamento desses bancos. De acordo com

fusões, transformações em agência de desenvolvimento ou banco de segunda linha e busca de parceria estratégica".

A nota diz ainda que a retomada do Comif atendeu a proposta feita por Emilio Carazzai, por ocasião de sua posse como presidente da Caixa. Em resposta à reportagem de FENAE AGORA, Carazzai não admite ter tomado posse já pensando em enxugamento da empresa. Ele ameniza

a discussão dizendo que, "na atual situação, de ausência de definições claras para o papel de cada uma das instituições financeiras federais, quem mais sofre é a Caixa, que é tolhida em sua atuação no segmento comercial" e que "a racionalização dos trabalhos dos bancos federais discutida no âmbito do Comif

deve propiciar à Caixa melhores condições de exercer o seu papel institucional".

Só que, pelo encaminhamento dado na reunião do Comitê, que conta com a participação dos presidentes dos bancos federais, não fica estabelecido o limite de onde podem chegar os "estudos" a serem realizados - pode ser tanto a transformação em banco de fomento, como a fusão ou qualquer outra coisa, inclusive a privatização, já que são usados também termos imprecisos como "banco de segunda linha" e "parcerias estratégicas", que não explicam exatamente o que sevislumbra.

Comif volta a se reunir por sugestão de Emilio Carazzai



Nando Neves

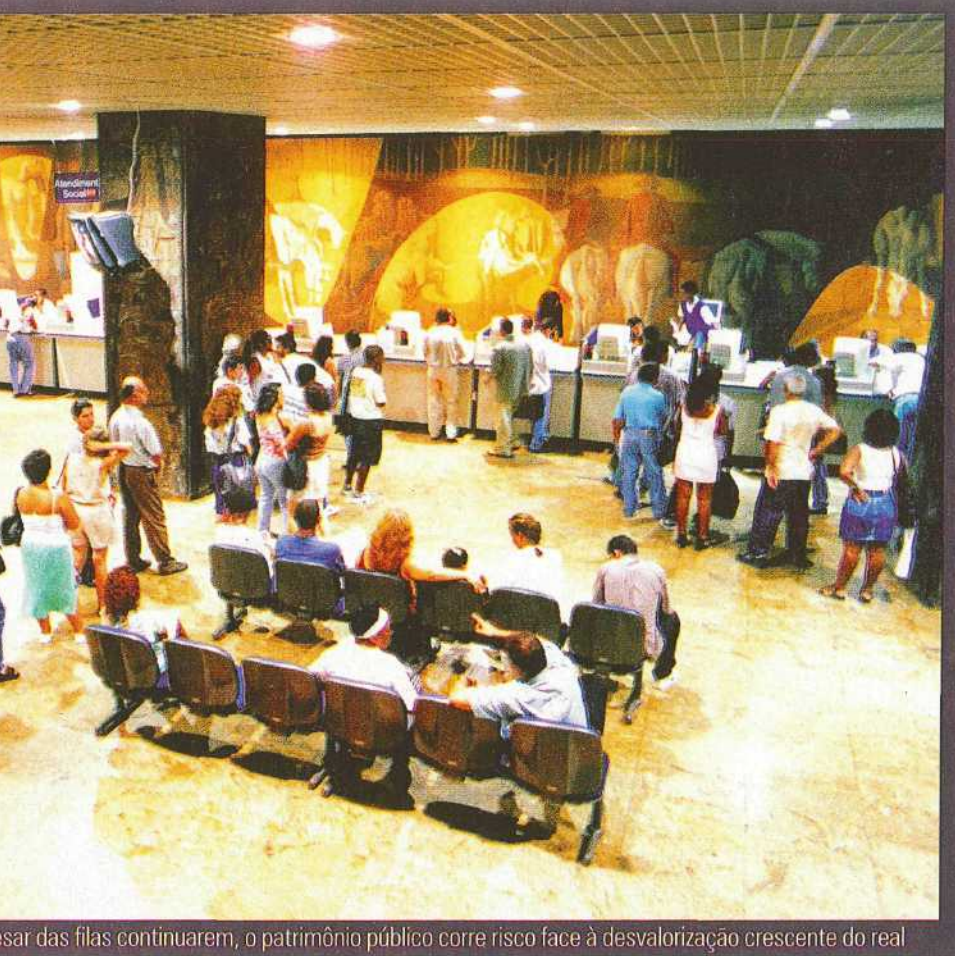


As agências da Caixa estão sendo modernizadas. A

Paralelamente a esta iniciativa oficial de retomar o ataque aos bancos públicos, tem aparecido com muita frequência nos jornais e na imprensa em geral opiniões favoráveis à venda da Petrobras, da Caixa e do BB, para se buscar o equilíbrio das contas públicas e amenizar os impactos da crise financeira. Entre os defensores da idéia, além de representantes de bancos internacionais e do próprio presidente dos EUA, Bill Clinton, que sugeriu a FHC ir fundo nas privatizações, estão também figuras de proa da base de sustentação do governo, entre elas o senador Jorge Bornhausen (PFL).

"Em dezembro, o presidente do PFL, Jorge Bornhausen, já duvidava da eficácia do ajuste fiscal e decidiu provocar o governo com uma proposta radical para fechar as contas do país. Defendeu a privatização do Banco do Brasil, da Petrobras e da Caixa Econômica Federal. Reconheceu que a idéia seria combatida, mas deu prazo de seis meses para que ganhasse adeptos. Não foi preciso tanto tempo. No governo, a discussão sobre a venda das empresas ganha corpo, ainda que sua concretização possa demorar", é o que diz a abertura de uma entrevista





Parar das filas continuarem, o patrimônio público corre risco face à desvalorização crescente do real

concedida pelo senador ao Correio Brasileiro, no dia primeiro de fevereiro último. Bornhausen voltou a defender a idéia de que se deve avançar "nessa solução de privatizações completas". Na Caixa, a seu ver, o processo de privatização seria colocado de forma definitiva marcando-se data para a venda da SASSE Seguros.

A Petrobras já se encontra em avançado processo de privatização. A concessão do direito de exploração das jazidas de Campos, as maiores do país, está sendo negociada por um valor entre R\$ 50 mil e R\$ 150 mil. Para se ter uma idéia do potencial tecnológico e econômico que se está pretendendo botar fora nesse setor, basta citar a produção de petróleo a 1.853 metros de profundidade, um recorde mundial em águas profundas, alcançado pela Petrobras em janeiro deste ano, no campo de Roncador, onde as reservas são estimadas em 2,7 bilhões de barris.

No BB, não é diferente: a "privatização branca" avança, com várias empresas do grupo Banco do Brasil sendo vendidas. Além disso, mais de 40 mil funcionários foram demitidos, inúmeras agências foram fechadas e o financiamento à agricultura

retrocede a ponto de comprometer a safra 1999/2000. O país já está importando feijão, trigo, milho, algodão e tantos outros produtos agrícolas.

Ralo Contra o argumento de que a venda do que resta do patrimônio público contribuirá para o saneamento das contas públicas, os números mostram que a política de privatizações indiscriminadas está mais para ralo do que para ancoradouro. Tudo o que já foi leiloadado ou entregue à iniciativa privada, por concessão, não foi suficiente para cobrir os juros da dívida interna, que saltou de US\$ 175 bilhões, no final de 1995, para algo em torno de US\$ 300 bilhões, em 1998. Tomando-se como parâmetro o ano de 1990 quando teve início o Programa Nacional de Desestatização (PND) e a dívida interna era seis vezes menor que a atual - estava por volta de US\$ 50 bilhões -, nota-se que o encolhimento do patrimônio público foi acompanhado de um endividamento acelerado do país.

De 1991 a 1998, as privatizações federais geraram US\$ 58 bilhões. Levando-se em conta também as privatizações estaduais, o valor

O patrimônio público já foi reduzido em cerca de 70%

Desde a criação do Programa Nacional de Desestatização (PND), em 1990, já foram privatizadas cerca de 100 empresas e participações acionárias, a maioria delas nos setores siderúrgico, químico e petroquímico, de fertilizantes, elétrico e de telefonia. Foram também repassados à iniciativa privada, por concessão, dois trechos da Rede Ferroviária Nacional (RFFSA), e as malhas Oeste e Centro-Oeste.

Nó início do primeiro mandato de FHC, em 1994, é que foi adotada a venda de participações minoritárias da União e permitida a participação de investidores estrangeiros em até 100% do capital votante. Ao voltar-se para os serviços de infraestrutura, o governo incluiu no PND a Eletrobrás e suas subsidiárias - Furnas, Eletro-norte, Eletrosul e Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

Em 1997, foram realizadas as concessões nos setores elétrico e portuário. Foi concluída a privatização do setor ferroviário e vendida a Companhia Vale do Rio Doce, uma das maiores empresas de mineração do mundo. Na ano de 98, entrou em leilão as empresas de telecomunicações e chegou-se a praticamente 70% de privatização no setor público federal. A Petrobras e os bancos federais são o que resta de mais valioso do patrimônio público, tanto do ponto de vista econômico como social.

Antes o governo dizia que a venda de empresas públicas decorria da demanda da sociedade por investimentos em educação, saúde e outros setores sociais. Hoje já está claro que os recursos são direcionados para os "serviços da dívida externa", leia-se, pagamento dos juros. E o governo FHC parece determinado a ir até o fim nas privatizações.

salta para algo próximo de R\$ 100 bilhões. Este é o saldo da sangria promovida pelas altas taxas de juros adotadas no país para atrair o capital especulativo. Ao todo, foram realizadas cerca de 100 privatizações.

A política de juros altos sacrificou o setor produtivo e refletiu-se na balança comercial. O saldo entre as exportações e importações, de US\$ 13 bilhões positivos, em 93, caiu para US\$ 2 bilhões negativos, em 98. A redução da atividade econômica afetou fortemente o mercado de trabalho, elevando o índice de desemprego, nesse mesmo período, de 3,5% para cerca de 10%, em todo o país. De acordo com o Dieese, o desemprego chegou a 1,5 milhão de pessoas, só na Grande São Paulo - índice de 17,8%, o maior desde que o órgão iniciou as pesquisas, há 15 anos.

Também a dívida externa disparou. De US\$ 145 bilhões, em 93, saltou para cerca de US\$ 200 bilhões no final de 98.

Outra face negativa do desmonte e venda do patrimônio público tem sido a queda

na qualidade dos serviços, provocada pela sede de lucro dos compradores das empresas e concessões. Em empresas como a Cerj e Light, no Rio, e a ex-Telesp, em São Paulo, a eficiência do setor privado está sendo questionada na prática cotidiana. A irônica

A eficiência do
setor privado
está sendo
questionada

FA

marchinha dos anos 50, "Rio de Janeiro, cidade que me seduz, de dia falta água, de noite falta luz", voltou ao repertório dos cariocas. Só na Light, houve mais de 3 mil demissões e os serviços foram terceirizados, o que significa, nas palavras do jornalista Jânio de Freitas, da Folha de São Paulo, a "subs-

tituição de muitos e experientes por poucos e de duvidosa experiência". Um ano depois de privatizada, a Light passou da per-

da de R\$ 16,5 milhões para lucro de R\$ 11 milhões, um ganho de R\$ 93,5 milhões.

Nas siderúrgicas do Vale do Aço, Usiminas e Acesita, aumentaram de forma assustadora os acidentes de trabalho com mortes trágicas, por conta da busca desenfreada por maior produtividade. Em 12 meses, houve sete mortes, sendo que três foram por queimaduras e duas por asfixia. A Usiminas contava com 13 mil funcionários antes da privatização e, em um ano, reduziu esse número para 8,5 mil. Os demitidos foram trocados por pessoas contratadas por empresas terceirizadas.



Diante da inutilidade da venda do patrimônio nacional, engolido pela agiotagem de que o país está sendo vítima, e da investida que se ensaia sobre as empresas que ainda restam, a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (FENAE) abriu um chat em sua página na Internet (www.fenae.org.br) para um debate acerca do tema "Privatizar pra quê?". Os empregados da Caixa estão convidados a participar, assim como todos os interessados no assunto.

Lume A Caixa, através do esforço e dedicação de seus empregados, apresenta hoje "um lume de política social na escuridão da desumanidade, marca registrada das ações do atual governo", diz um artigo conjunto do deputado José Pimentel (PT-CE) e do diretor financeiro da FENAE, Carlos Borges, publicado recentemente no jornal *Gazeta Mercantil*, sob

Futuro da Caixa é definido este ano

Crescem as especulações acerca de privatização.

Até outubro devem ser concluídos os estudos

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, fala sobre como será definido o futuro da Caixa.

FA - O Comif (Comitê de Coordenação Gerencial das Instituições Financeiras Públicas Federais) decidiu retomar o programa de enxugamento dos bancos federais, visando a fusão de algumas instituições e transformação de outras em agências de fomento e desenvolvimento. O que deve acontecer com a Caixa Econômica Federal?

Pedro Parente - O Comif decidiu: a) realizar reuniões mensais regulares, com o objetivo de acompanhar o processo de reestruturação nas várias instituições financeiras públicas federais; b) promover

estudos destinados a racionalizar e tornar mais compatíveis as atividades do BB, Caixa, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste do Brasil; c) que esses estudos devem analisar os prós e contras de diversas alternativas, tendo em vista o futuro dessas instituições, incluindo, como exemplos, fusões, transformações em agência de desenvolvimento ou banco de segunda linha e a busca de parcerias estratégicas; d) que, até 28 de fevereiro corrente, deverão ser preparados os termos de referência para elaboração desses estudos, que deverão estar concluídos até 31 de outubro para submissão a audiência pública, que deverá estar concluída até 31 de dezembro - as alternativas escolhidas, após as aprovações apropriadas, deverão

ser implementadas no curso do ano 2000.

Assim, o que deverá acontecer com a Caixa e outros bancos oficiais federais depende, em primeiro lugar, das conclusões dos estudos a serem realizados, depois das sugestões recolhidas no período de audiência pública e, finalmente, do que vier a ser aprovado nos níveis cabíveis da administração pública.

FA - A privatização poderia ser uma etapa seguinte para alguns desses bancos?

Parente - Não há qualquer definição prévia para os estudos a serem realizados. A partir de março e até 31/10/99, os levantamentos e as análises estarão sendo procedidos e as alternativas deverão surgir, no âmbito do grupo de estudos, devendo depois serem en-

riquecidos com as sugestões obtidas no processo de audiência pública. Assim, não se sabe, no momento, quais serão as propostas cabíveis a serem discutidas e aprovadas para o futuro dos bancos federais federais.

FA - É viável privatizar a Caixa? Do ponto de vista do ajuste das contas públicas, isso seria interessante?

E Parente - As duas respostas dependem dos estudos a serem realizados e das alternativas que vierem a ser aprovadas, como já comentado nas duas questões anteriores. Assim, não deveremos formular prévias hipóteses, pois somente os estudos concretos poderão subsidiar com segurança as melhores alternativas a serem discutidas e, se for o caso, apropriadamente aprovadas.

A pressão da
sociedade pode
impedir as
privatizações

FA

o título 'A Caixa é patrimônio dos brasileiros'. Os autores entendem que "nenhum governo responsável pode prescindir de instrumentos eficazes de fomento e investimento em políticas públicas, sobretudo quando voltadas à maioria de nossa des-servida população".

Em seus 138 anos de história, a Caixa firmou-se como o principal ponto de apoio aos segmentos sociais menos favorecidos, um papel que nenhuma outra instituição financeira se dispõe a realizar. É na Caixa que estão os pequenos poupadores, é feito o financiamento habitacional, são pagos o FGTS, o seguro-desemprego e os benefícios do INSS e do PIS. Presente em 88,9% dos municípios brasileiros (4.896 dos 5.507), a Caixa emprestou e repassou, entre 1995 e 1998, R\$ 13,4 bilhões na área de fomento - habitação, saneamento e infra-estrutura -, com recursos próprios, do FGTS e do Orçamento Geral da União. Foram mais de 325 mil operações de crédito. Confira mais dados sobre a empresa na página 24.

É verdade que durante todo o primeiro mandato de FHC foi dito que tanto a Caixa como o BB não seriam privatizados, pois estes, sim, eram "instrumentos de governo".

Mas, como estamos constatando, as coisas deram errado - o país encolheu, os juros nunca estiveram tão altos, a inflação voltou - e a ameaça de se desfazer da Caixa e do BB é algo mais que concreto. Aos desavisados, o deputado Ricardo Berzoini (PT-SP) lembra que o próprio ministro Pedro Malan, em entrevista que concedeu ao lado do vice-presidente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Stanley Fischer, admitiu que a privatização dessas empresas, ao lado da Petrobras, já estava sendo "estudada".

Na avaliação do parlamentar, o governo já queimou 70% do patrimônio que tinha e

levou o país a um quadro financeiro que está exigindo dele queimar os 30% que resta. Ele acha que, independentemente de qual seja a vontade do governo, a tendência é que ele seja extremamente pressionado pelos organismos internacionais e bancos nacionais para privatizar o que ainda não foi privatizado.

Quanto à situação da Caixa, Berzoini avalia que pode até haver um maior grau de dificuldade para o encaminhamento da privatização, já que não se trata de uma empresa de economia aberta e há a questão do pas-



As manifestações em defesa das empresas estatais se multiplicaram mas não impediram o processo.





preciso "ganhar" a sociedade para essa luta

sivo imobiliário, que ele entende ser mais complicada. Mas isso, a seu ver, não será suficiente para aliviar a barra. "Eles vão botar pressão total para que a Caixa também seja vendida", alertou.

Pelos cálculos do parlamentar, somando o BB, a CEF e o Banespa, tem-se mais de 50% dos ativos do sistema financeiro brasileiro. Ele não tem dúvida de que os banqueiros vão aproveitar essa conjuntura em que o governo está com "a calça na mão", para tentar forçar a venda das instituições financeiras públicas.

Fragmentação

Para Valmir Gôngora, presidente da Associação do Pessoal da Caixa de São Paulo (APCEF/SP), o que está sendo definido para a Caixa pelo governo Fernando Henrique não é o padrão normal de privatização. A estratégia seria a da fragmentação da empresa, com a transferência da maior parte dos serviços por ela prestados, inclusive o de atendimento a clientes, para setores privados, "podendo, eventualmente, sobrar alguma coisa que a transforme em um birô governamental de controle de algumas operações, cadastros ou coisa do gênero".

Gôngora aponta o anúncio feito recentemente pela direção da Caixa, de contratação de serviços de terceiros para tratamento de documentos - o que, em outras palavras, significa receber depósitos e contas, receber contas - como parte desse processo de fragmentação. "Não se trata da terceirização de setores clássicos, como por exemplo o transporte de numerários e limpeza, mas sim de serviços tipicamente bancários, o que pode comprometer não só o sigilo das operações, como a credibilidade e o próprio futuro da empresa", alerta Valmir.

A transferência de uma série de serviços para as agências lotéricas e a criação do chamado banco postal, que agora volta a ser colocada na ordem do dia pelo presidente dos Correios, Egydio Bianchi, empossado no início de março, são também medidas apontadas como de esvaziamento da Caixa

Econômica Federal. A discussão sobre o impacto do banco postal nas atividades da Caixa foi levantada pela FENAE AGORA, na edição de setembro de 98. Na oportunidade, o então deputado do PT, Nedson Micheleti, afirmava que a transferência de serviços para as lotéricas, a liberação de penhores para outros bancos - uma medida que já vinha sendo ventilada no Congresso - e a utilização dos Correios na captação de depósitos em conta corrente e de poupança, "são etapas que buscam reduzir o custo operacional da Caixa, para deixá-la conforme interessa ao setor privado".

O Sindicato dos Bancários de São Paulo e a APCEF/SP formalizaram junto à Comissão Permanente de Licitação da Caixa pedido de impugnação do edital que

abre licitação para se contratar a prestação de serviços de tratamento de documentos de caixa rápido e malotes de clientes. As entidades enviaram também carta à direção da Caixa criticando o fato de a terceirização estar sendo estendida aos serviços de áreas es-

A crescente
terceirização é
uma forma de
privatização

FA



estratégias da empresa. Condenaram ainda a entrada em operação do Modelo Operacional de Ponto de Venda (MOPV) em quatro das maiores agências do país. O entendimento é de que o MOPV força o público a utilizar o auto-atendimento, diminuindo drasticamente o número de caixas, com a agravante dos serviços de retaguarda estarem sendo repassados a empresas terceirizadas.

O documento ressalta o fato de que tudo isso esteja acontecendo em um momento em que os meios de comunicação noticiam amplamente que o governo Fernando Henrique Cardoso vem discutindo a privatização da Caixa, do BB e da Petrobras.

No entendimento do presidente da APCEF/SP, se não houver uma discussão com a sociedade, com os segmentos que têm interesse no papel que exerce a Caixa como banco público, em diversas áreas, "o futuro da empresa já está dado, porque a política do governo Fernando Henrique Cardoso é bem clara, é de não ficar com nada que seja estatal".

Do lado do governo, se não há quem confirme que o desejo é mesmo o de se desfazer da Caixa, também não há quem dê qualquer pista de qual pode ser o seu futuro.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, diz que não se pode formular prévias hipóteses, "pois somente os estudos concretos (que serão feitos no âmbito do Comif) poderão subsidiar com segurança as melhores alternativas a serem discutidas e, se for o caso, apropriadamente aprovadas".

(Leia a íntegra da entrevista com Pedro Parente na pág. 21.) Também o presidente da Caixa, Emílio Carazzai, acha que "seria extremamente pretensioso emitir uma opinião instantânea sobre o desfecho dos estudos que serão realizados por grupos de trabalho que consumirão todo o ano de 1999 em suas atividades".

De olho grande sobre a Caixa

Maior em número de clientes e com orçamento de R\$ 4 bi, a Caixa está na mira dos banqueiros

Quando se cogita a privatização da Caixa Econômica Federal, está-se falando do maior banco do país em número de clientes. São mais de 12 milhões de correntistas, sendo que 9,6 milhões possuem caderneta de poupança.

Em 1997, a empresa tornou-se também o banco brasileiro com maior número de depósitos ao atingir a marca de

R\$ 60 bilhões captados.

No segmento comercial, a Caixa atua ainda na aplicação de recursos em financiamento e empréstimos, e na prestação de serviços de arrecadação e pagamentos. Realiza mais de 21 milhões de pagamentos em aposentadorias e pensões, o que lhe confere a segunda posição nessa atividade, entre todas as instituições financeiras do país.

Mas é na área social que a Caixa delimita o seu perfil e se distingue por completo de todos os demais bancos. Entre 95 e 98, a empresa realizou mais de 325 mil operações de crédito na área de fomento - habitação, saneamento e infra-estrutura. Entre recursos próprios, do FGTS e do Orçamento Geral da União, repassou R\$ 13,4 bilhões. Neste mesmo período, efetuou 260 milhões de pagamen-

tos de benefícios sociais do PIS, FGTS, seguro-desemprego e INSS, num total de R\$ 78,8 bilhões.

Com a centralização dos recursos do FGTS na Caixa, a partir de 1990, foi possível superar a situação caótica de antes, de total falta de controle, e iniciar-se um novo período em que os recursos dos trabalhadores passaram a evoluir positivamente. Os ativos do Fundo chegaram a R\$ 36 bilhões em 1994 e a R\$ 68,6 bilhões em 1998. O patrimônio líquido saltou de R\$ 19

bilhão para R\$ 8,5 bilhões.

O patrimônio líquido da Caixa em 1998 foi de R\$ 8,5 bilhões

Habitação Com a escassez de políticas sociais para as populações de baixa renda, a ação da Caixa no setor habitacional destaca-se entre o pouco que tem sido feito nos últimos anos. Desde 1994, a Caixa destinou R\$ 9,4 bilhões à construção de 819.306 unidades habitacionais. Com a implantação do programa Carta de Crédito, em 1996, mais de dois milhões de brasileiros já se beneficiaram com o sistema de crédito direto ao mutuário.

A empresa contribui ainda para a execução de políticas governamentais, como no caso do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), do qual repassou R\$ 112,8 milhões através de 11.773 contratos firmados junto a profissionais recém-formados e micros e pequenas empresas, nos anos de 97 e 98. Na modalidade de financiamento Caixa Giro e Micro Giro Sebrae, para micros e pequenos empresários, foram liberados 178 mil empréstimos no valor de R\$ 1,3 bilhão, entre 96 e 98.



A nossa cara está nos pés

O tipo de sapato define a personalidade de seu usuário e traz diversas implicações

Sapato bom é aquele que torna seu Cotidiano mais prático e bonito. Como assunto da moda, os sapatos são acessórios fundamentais na indumentária do homem/mulher civilizado. Até Sigmund Freud, pai da psicanálise, ensaiou defini-lo como símbolo feminino, cabendo ao pé (com significado fálico) a ele adaptar-se.

Mas para que servem os sapatos? E como esse pequeno acessório que protege os pés das agressões do solo traduz nossa vontade de novas formas de viver? Uma boa definição é dada

por Corintha Maciel, psicóloga junguiana, que afirma: "O sapato foi evoluindo até se tornar a marca registrada de uma cultura ou uma geração, podendo ainda ser a expressão da personalidade de quem o esteja usando". Ela acha que a escolha do sapato está vinculada à maneira como seu proprietário se relaciona com a realidade externa e consigo mesmo.

Não importando o formato (se angular, pontiagudo, redondo, esportivo e cerimonial), o sapato funciona como depósito de fadigas e tensões que escorrem dos pés. O educador francês Pierre "Weil, reitor da Universidade

Holística da Paz (Unipaz), é da opinião que o sapato representa a prisão e agride a liberdade. Diz ele: "Libertar-se do sapato é libertar-se das pressões culturais. Baden Powel, em um de seus livros para escoteiros, aconselhava a olhar para o sapato quando se quisesse saber se uma determinada pessoa é abastada, rica ou pobre". Weil cita o tênis Nike, o qual classifica como sapato popular, como expressão de que o mundo está ficando igual. "Isso é ruim para a diversidade das culturas e bom para os animais". No caso dos animais, segundo "Weil, as vibrações de sofrimento quando do abate são transferidas para o sapato de couro, fazendo

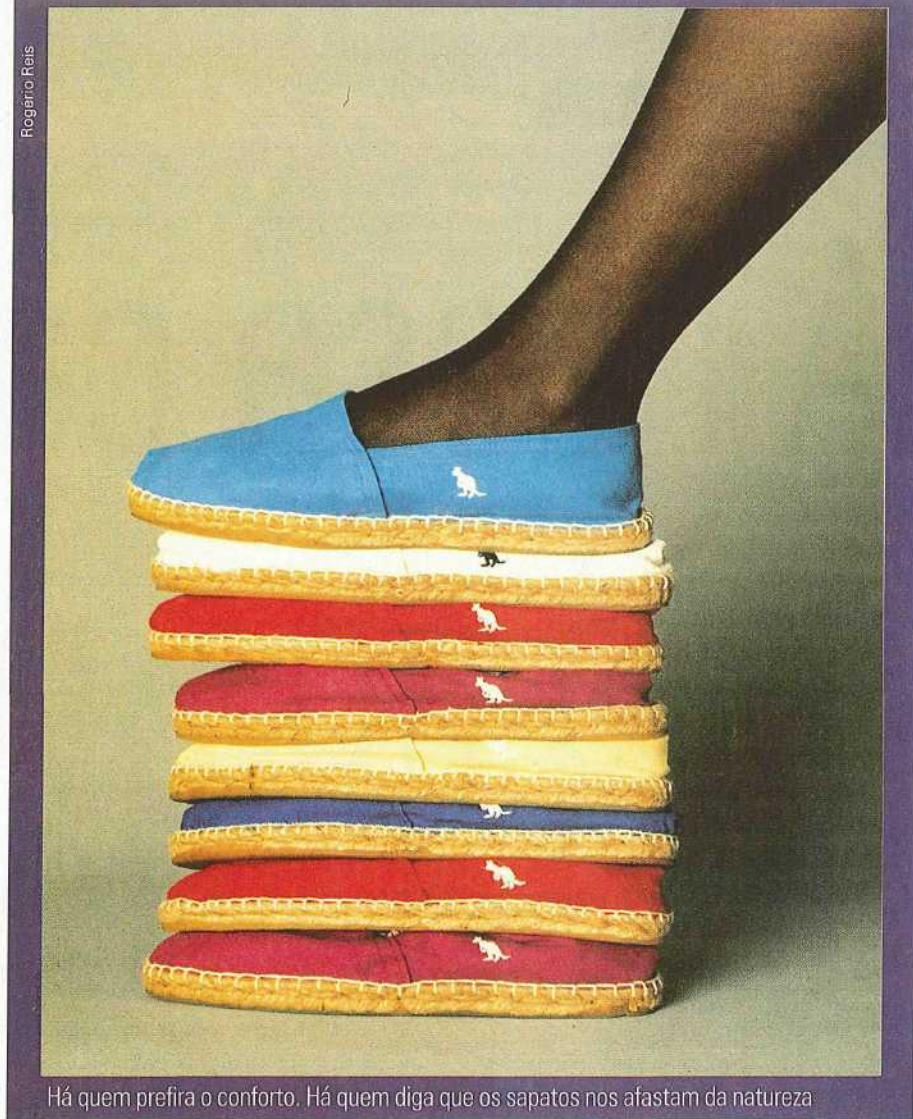


Civilização é o conceito que melhor define os sapatos

A história dos sapatos através dos séculos, como resultado da criação da moda, está estritamente dirigida pela sociedade industrial. Após a Segunda Grande Guerra, sapatos femininos copiam a moda do cinema americano, passando a fazer parceria com o estilo "prêt-à-porter" (roupas que são compradas prontas para usar).

Civilização é a palavra-chave para melhor definir a relação dos pés com os sapatos. Nem todos os índios os usam. Detalhe esse que leva os povos indígenas a terem um contato direto com a terra, definida por eles como mãe. De um ponto de vista psicológico, os pés são as raízes humanas na terra e o uso do sapato, de acordo com o psicólogo Pierre Weil, simboliza o nosso afastamento da terra e da natureza. A mesma conclusão, no entanto, não se aplica para a Europa. Lá o sapato protege do frio. Weil completa seu raciocínio de maneira peculiar: "Se alguém andar na neve sem sapato corre o risco de perder os próprios pés por gangrena".

Referências aos sapatos também são encontradas em diversas mitologias. Sapatos, para a mitologia grega, são portadores dos atributos da divindade que os calça. A terapeuta Corinha Maciel explica que as "sandálias aladas" dão a Hermes, o mensageiro dos deuses, a faculdade de se movimentar mais rápido que o vento, enquanto que as de Afrodite compõem seu visual de deusa do amor e da beleza. Igual simbologia está na tradição hebraica, que vê os sapatos (naquilo que eles têm de extensão dos pés) como porta de entrada da alegria no corpo humano.



Há quem prefira o conforto. Há quem diga que os sapatos nos afastam da natureza

com que essa negatividade seja absorvida por quem ousa.

Mas a função do sapato é maior do que apenas funcionar como ponto de apoio do corpo no mundo e como símbolo de poder. Para Corinha Maciel, o sapato tem caráter coletivo e individual. Ela declara que, enquanto coletivo, ele segue os ditames da moda. "No decorrer da história humana encontramos vários estilos que marcaram épocas, tais como o "salto Luiz VX" e as "sandálias Carmen Miranda", conclui a terapeuta, para quem a juventude dos anos 70 foi identificada pelos modelos "cavalos de aço" (saltos altos e quadrados). Maciel acredita que o caráter individual do sapato tem a ver com o estilo de vida e a qualidade do momento que a pessoa esteja vivendo.

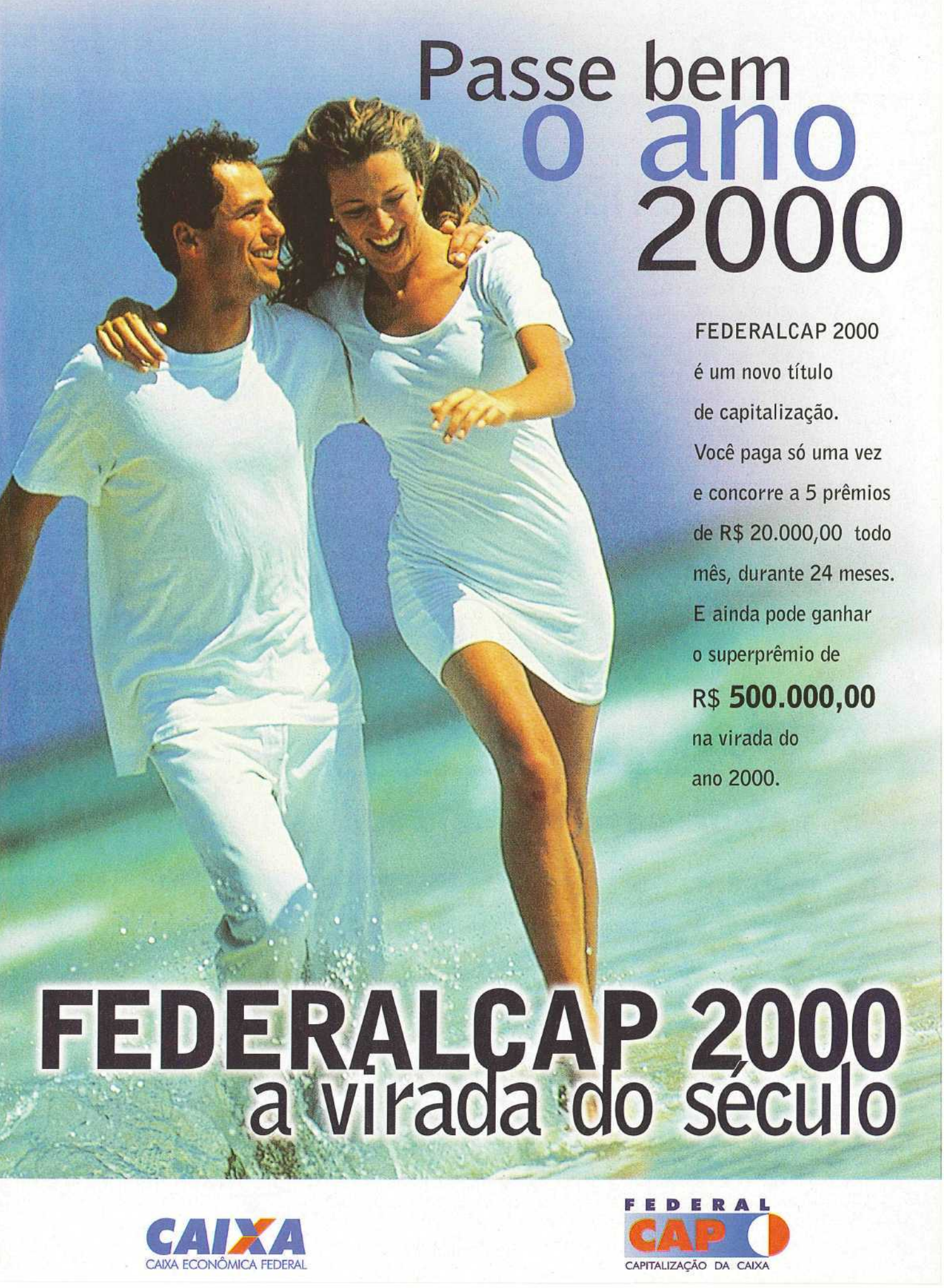
Numa dimensão sociológica, os sapatos fazem parte de um elemento social importante, que é diferente para cada país e cada povo. Em algumas culturas a posição social de uma pessoa é julgada de acordo com os sapatos que ela

calça. Há, inclusive, quem ache que sapatos sujos significam que a pessoa que os usa seja interiormente suja. Um bom exemplo da importância social do sapato vem do Japão. Pierre Weil nota que antigamente as japonesas tinham o hábito de reduzir o pé, não permitindo que ele crescesse. "Daí que o sapato das mulheres japonesas era muito pequeno,

como sinal cultural de feminilidade". De qualquer maneira, a relação entre o sapato e a busca de significado da existência parece estar vinculada ao desejo no qual o ser humano foi concebido e chamado ao mundo.

O sapato tem
ligação com a
busca da
existência

FA



Passe bem
o ano
2000

FEDERALCAP 2000

é um novo título
de capitalização.

Você paga só uma vez
e concorre a 5 prêmios
de R\$ 20.000,00 todo
mês, durante 24 meses.

E ainda pode ganhar
o superprêmio de

R\$ 500.000,00

na virada do
ano 2000.

FEDERALCAP 2000
a virada do século

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

FEDERAL
CAP
CAPITALIZAÇÃO DA CAIXA

Há 28 anos ...



Uma história de lutas na FENAE

O professor Orlando Martins Pinto, então diretor administrativo da Caixa Econômica Federal; foi um dos presentes à inauguração da sede da União Nacional dos Economistas Inativos (Unei), no Rio de Janeiro, no final de 1977. Com a posse recente do professor, seis dos oito diretores da empresa à época eram empregados da Caixa.

Orlando Martins Pinto faleceu no dia quatro de fevereiro deste ano, no Rio de Janeiro. A FENAE lamenta a perda de um dos seus mais brilhantes empregados que a Caixa já teve.

O professor também viria a ser conselheiro fiscal do grupo FENAE, após ter exercido as mais diversas funções na

empresa. Era ainda membro do Conselho Fiscal da APCEF/RJ, professor de contabilidade na Fundação Getúlio Vargas e foi presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro. O professor Orlando era casado e havia entrado na Caixa em 1922.



Professor Orlando Martins Pinto

Unei - A inauguração da sede da Unei, noticiada pela primeira edição do FENAE Notícias de 1978, também teve a presença de autoridades e representantes

dos empregados da Caixa, entre eles diretores da FENAE;

Um dos objetivos da sede da entidade, segundo informava o jornal, era "a continuação da vida funcional" dos empregados que já passaram pela empresa. Para atrair os aposentados, a sede, no 31º andar do prédio da

Caixa no Centro do Rio, tinha um benefício considerável: vista privilegiada para a baía da Guanabara.

NOSSOS PERSONAGENS

Uma heroína que lutou pela nossa independência

Se hoje as mulheres estão presentes no Exército Brasileiro, tradicionalmente reduto masculino, devem muito à baiana Maria, Quitéria. Em 1823, a Bahia ainda lutava contra os portugueses que permaneciam em seu território, mesmo após a Independência. Maria Quitéria de Jesus Medeiros, nascida em 1797 na cidade de São José de Itapororoca, vestiu-se de homem e se apresentou como voluntária ao conselho interino da província, para lutar ao lado de seus conterrâneos.

A farsa do "soldado Medeiros" foi logo descoberta, mas a heroína foi mantida no batalhão de artilharia, por ter impressionado seus superiores durante os combates.

Durante as batalhas de Pirajá, Conceição, Pituba, Foz do Paraguaçu e Itapuã, lutou também no regimento Voluntários do Príncipe e na brigada Falcão de Lacerda.

Depois que a Independência da Bahia foi declarada, em quatro de julho de 1823, Maria Quitéria foi enviada ao Rio de Janeiro para comunicar pessoalmente a derrota dos por-



tugueses a dom Pedro I. Conhecedor de suas façanhas, o imperador concedeu a Maria Quitéria a comenda de cavaleira da Ordem Imperial do Cruzeiro.

A mulher do povo que aderiu ao Exército por vontade própria é, hoje, patrona do quadro complementar de oficiais e deu nome a uma medalha militar. Nas décadas de 70 e 80, seu retrato chegou a ser colocado, obrigatoriamente,

em todas as repartições militares do país.



O novo sotaque da música carioca

A "cidade maravilhosa" reage e apresenta alternativas ao sertanejo e ao axé

“O chefe da Polícia/pelo telefone/manda me avisar/que na Carioca tem uma roleta/para se jogar”. Pelo menos 82 anos se passaram desde que, em parceria, Donga e Mauro de Almeida fizeram em 1917 aquele que é tido como o primeiro samba gravado da música popular brasileira.

Na época “Pelo telefone” teve o mérito de refletir, de maneira sucinta e irreverente, o universo boêmio do Rio de Janeiro. Mas essa capacidade de retratar os costumes do Cotidiano carioca se heterogeneizou com o tempo e, atualmente, persiste em trabalhos desenvolvidos por bambas dos mais diferentes estilos e influências musicais.

Apelidado precipitadamente de nova música popular carioca por um segmento da grande imprensa da “cidade maravilhosa”, o som feito pelo Arranco de Varsóvia, Farofa Carioca, Pedro Luís e a Parede, Boato, Adil Tiscatti etc. é heterogêneo e tem em comum a simultaneidade e o fato de ter nascido no Rio de Janeiro. Essa é a opinião do jornalista Tárík de Souza, colaborador assíduo da revista **FENAE AGORA**. Ele acha que as novas tendências musicais que ocorrem hoje no Rio não podem ser catalogadas em um movimento organizado como foram, por exemplo em épocas passadas, o samba, a bossa nova, a

jovem guarda e a tropicália. “São vários estilos distintos entre si e não um só”.

O novo sotaque carioca de fazer música não se constitui reação ao pagode e ao axé music, segundo Eveline Hecker, cantora do Arranco de Varsóvia. Para ela o termo MPC (nova música popular carioca) é uma invenção da mídia, pois o que existe são diversos músicos, compositores e cantores fazendo várias canções que falam dos assuntos de agora. “Não é nenhuma reação. Se tivéssemos em outro lugar que não o ambiente carioca, fariamos pagode e axé. Nascemos no Rio de Janeiro e por isso fazemos samba, talvez de maneira um pouco mais sofisticada. Não melhor ou pior do que outros trabalhos”.

Batida É óbvio que, de uma forma ou outra, os representantes da assim chamada MPC procuram manter a batida do samba genuinamente carioca. Cada um a seu modo. 



Nando Neves



O grupo Pedro Luís e a Parede representa a nova geração da música popular carioca

O jornalista e produtor brasileiro Reinaldo Freitas observa que a marca registrada dessas novas tendências (surgidas a partir, de 1994) é a de levantar o astral da música popular brasileira. O tom, na verdade, é dado pela formação de cada um dos envolvidos. Hecker define esse trabalho de mistura, com influências de estilos distintos. 'A origem de tudo está no samba e até na bossa nova. E o Brasil é um espelho de todo esse repertório músico-cultural'.

Eveline Hecker narra que o Arranco de Varsóvia também bebe na fonte do samba e produz um som de perfil mais sofisticado, diferentemente do que é feito pelos pagodeiros do Só pra Contrariar. O grupo está na estrada há pouco mais de quatro anos e já gravou dois CDs: "Quem é de sambar" (1996) e "Samba de Cartola" (1998). O terceiro CD do Arranco de Varsóvia deve sair em breve. A proposta do Arranco é fazer samba e retratar o mundo do samba.

Já o estilo do Pedro Luís e a Parede, na opinião de Hecker, é mais autoral: eles observam o Rio e o mundo com um olhar crítico, leve e intimista. Ela compara o Farofa Carioca ao paulista Itamar Assunção, funcionando como uma espécie de antena.

Família Roitman (cujo trabalho é uma releitura de sambas antigos), Cris Braun, Simone Guimarães, Lucas Santana, Moreno, Bebei Gilberto e Rogério Scylab também fazem parte do time da MPC. Reinaldo Freitas opina que todo esse pessoal sintetiza o universo popular ao seu redor, muitas vezes através de um humor engraçado e corrosivo.

Freitas acha positivo o que acontece hoje no Rio de Janeiro em termos musicais, principalmente depois que passou a fase áurea do rock Brasil anos 80, que revelou monstros sagrados como Blitz, Lobão, Barão Vermelho, Plebe Rude, Legião Urbana, Fernanda Abreu e outros. Ele cita ainda a banda Berro como uma salutar tentativa de resgatar a pureza do rock'n'roll produzido na década de 80.

Mercado

O que pensa o mercado fonográfico do que se produz em torno da MPC? O produtor Edson Viana, da gravadora e editora carioca Dubas, diz que não há uma definição precisa para identificar o "movimento" das atuais tendências musicais do Rio de Janeiro. Segundo ele, a MPC (rotula assim na falta de um outro nome) não é algo novo. "É, quando muito, apenas a continuação do trabalho feito por nomes como Zeca Pagodinho, Cartola, Monarco, Noel Rosa e Clementina de Jesus. Grupos como Arranco de Varsóvia, Farofa Carioca, Pedro Luís e a Parede e Boato representam a nova geração e têm a habilidade de fazer uma crônica do Cotidiano e do jeito de ser dos moradores do Rio". Viana afirma que, no caso do rock, o carioca entra com uma



representante de peso: Bia Graboís, que para ele não rivaliza com ninguém e faz música de qualidade.

De explicação a explicação sobre a partir de onde se identifica o "movimento" da nova geração de músicos cariocas, o certo é que a MPC não surgiu como resposta popular a estilos como o pagode e o axé, as duas meninas dos olhos da mídia. Não dá para examinar essa tendência musical apenas sob a ótica lógica dos números de mercado. Outros parâmetros devem ser levados em conta para entender a riqueza e a complexidade da nova criação musical carioca como um todo. Muitos desses novos artistas ainda não têm contratos com as gravadoras. Boa parte deles custeia, às vezes de maneira pouco ortodoxa, seus primeiros passos para o sucesso. Percorrem o caminho antes trilhado por ídolos como Luís Melodia, Belchior, Moraes Moreira, Alceu Valença, entre outros, que lutaram décadas a fio por um lugar ao sol. Ou seja: a geração da nova MPC parece fazer da mistura de estilos a senha para penetrar no mundo do comportamento geral do carioca.



Reprodução

Adil desponta na nova geração

Carioca mistura um pouco dos diferentes ritmos da cidade, viajando do samba à bossa nova

Samba-funk, reggae-roll e MPB sem preconceito. Assim é o estilo Adil Tiscatti, um dos tantos representantes da nova geração da chamada música popular carioca (MPC). De Bangu para o mundo, Tiscatti bebeu na mesma fonte rítmica de Hermeto Pascoal, Robertinho Silva e Paulinho do Truquete. O início aconteceu há 15 anos e no seu currículo constam shows em Madri (Espanha), Lisboa (Portugal), Amsterdã (Holanda) e Paris (França). Isto sem falar nos diversos shows Brasil a fora. Começou ouvindo João Gilberto, Tom Jobim e outros bambas da bossa nova. Sofreu ainda influências da música africana. Ele define seu trabalho como autoral, visando expressar a manifestação carioca de exibir o corpo.

Dono de uma voz cadenciada, Adil Tiscatti tem CD gravado pelo selo Velas (o mesmo que lançou Chico César no mercado fonográfico), intitulado "Balé de cobra". Sobre o seu trabalho e sobre a importância da MPC para a inovação do cenário musical brasileiro, Tiscatti concedeu entrevista para FENAE AGORA.

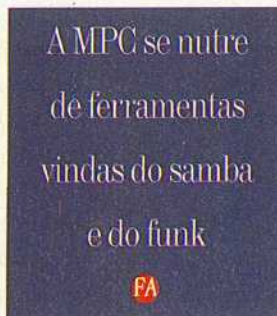
FA - Como você define a assim chamada nova música popular carioca?

Tiscatti - A MPC é um texto que algumas pessoas resolveram criar para falar do trabalho de um grupo de cantores e compositores. Mistura o samba do morro

e de raiz com o funk e com a música sofisticada da zona sul do Rio de Janeiro, que vinha da bossa nova. Destaca também o gingado do carioca, tratando ao mesmo tempo de temas sociais. A MPC existe há cinco anos, apesar de seu rótulo ainda não ter sido institucionalizado.

FA - A partir de onde se identifica esse movimento?

Tiscatti - A MPC se nutre de ferramentas vindas do samba, batuque, tamborim e do surdo. Uma batucada tocada com elementos da guitarra. Por exemplo: Ivo Meireles, do Funk'n Lata, faz a mistura do funk com a guitarra. O Pedro Luís e a Parede faz uma música misturando a bateria com o batuque do samba carioca. O som do



Farofa Carioca se identifica com o universo da baixada fluminense. Os primeiros acordes da MPC vieram do poeta Chacal, a partir do momento em que lançou a revista "Carioca".

FA - Qual na sua opinião a principal marca musical da MPC?

Tiscatti - A MPC não surgiu para transformar nada. Traz uma linguagem Brasil mais presente, numa fusão daquilo que o Rio de Janeiro tem de mais forte: primeiro o samba do morro, que se difere daquele que se faz em outras partes do país. Isso misturado com o funk e com um ritmo mais cadenciado. A MPC faz uso ainda do instrumento acústico.



Pernambuco falando para o mundo

■ **Tárik de Souza**

Enquanto a Bahia sofreu desgaste pelo excesso de popularização de sua "axé music", o celeiro musical de Pernambuco foi promovido ao primeiro plano das caías regionais do país a partir do movimento "mangue bit", liderado por Chico Science e sua Nação Zumbi. Fusões mais radicais da cultura local exibidas no festival Abril Pro Rock convivem com um resgate da tradição que foi muito incentivado pelo ativo secretário de cultura do governo Miguel Arraes, o escritor Ariano Suassuma, fundador do movimento armoriai. Um de seus discípulos, o multinstumentista, compositor, cantor e ator Antônio Nóbrega faz uma carreira independente de enorme sucesso apesar de não frequentar a mídia principal de rádio e TV. Seu novo disco "Pernambuco falando para o mundo" (Brincante) promove um inventário de gêneros de sua Recife natal, numa escala que vai do folclore do pastoral ("Vinde") ao baião urbanizado por Luiz Gonzaga (numa parceria como o maestro Guio de Moraes, "Pau de arara") repaginado para o frevo-canção por um especialista, o maestro Duda. A aula de estilos, completada pelo encarte documental do estudioso Leonardo Dantas Silva, prossegue num dobrado circense de Capiba "Festa da padroeira", o caboclinho "Chegança" e maracatu "Olodumaré", ambos de Nóbrega e Wilson Freire.

Na área do frevo (fusão da polca com o dobrado militar, segundo Dantas Silva) há ainda o de rua, instrumental, representado pelo incendiário "Cocada" e o canção da lavra do prolífico Capiba (1904-1997) numa Seleção que pega "De chapéu de sol abato" (1971), "Oh! Bela" (1971), "Cala a boca, menino" (1966), "Frevo e ciranda" (1974) e "Trombone de prata" (1979). O primal "Vassorinhas" de 1909, reaparece em andamento de valsa com Antônio

Nóbrega caprichando no violino. Fundado em 1970, descoberto por Gilberto Gil, o Quinteto Violado promove outro tipo de antologia em *Farinha do mesmo saco* (Atração). Ele reúne o mencionado "mangue bit" de Chico Science ("Macô", "Coco dub") e do grupo mundo livre s/a ("Ligação direta"), de linhaganpós-punk, ao coco/rojão do mago Jackson do Pandeiro (1919-1982) num pot-pourri de quebrar o quengo. Entram os forrós "em Caruaru" e "em Limoeiro", a "Mulher do Aníbal" e a carta-testamento de Getúlio Vargas ("Ele disse") musicada com perícia por Edgar Ferreira, um dos principais fornecedores de Jackson. "Para todo operário do Brasil / ele disse uma frase que conforta/quando a fome bater na vossa porta / o meu nome é capaz de vos unir", prega a letra.

Também conjugam-se no disco composições próprias como "A moda da sanfona", que celebra a destreza de Dominguihospanicipante com seu instrumento e mais o finalmente reconhecido Lenine de "Leão do noite" (com Paulo César Pinheiro) e "Miragem do porto" (com Bráulio Tavares) e faces mais regionais dos trabalhos de Djavan ("Violeiros") e Caetano Veloso ("O ciúme"). Apesar do alarde baiano, aliás Pernambuco foi o primeiro estado a emancipar-se do jugo mercadológica do eixo Rio-São Paulo, através da gravadora (e fábrica) Mocambo, que funcionou no Recife a partir de 1953 e nos anos 80, já falida, quase foi comprada por um mutirão de artistas nacionais encabeçado por Paulinho da Viola e Chico Buarque. Suas produções estão de novo nas lojas através da gravadora Polydisc, também sediada em Pernambuco, que lançou 15 títulos do antigo catálogo da Mocambo mesclado com fonogramas de outras empresas.

A série "História do Carnaval" tem precisidade como um disco dedicado a Capiba e

outro a seu principal rival no frevo, Nelson Ferreira (1902-1976), incluindo uma faixa final ("Cabelos brancos") cantada e tocada ao piano pelo mestre. Os cantores Claudinor Germano (o favorito de Capiba) e Expedito Baracho (que canta o repertório dos irmãos Valença, co-autores da marcha que Lamartine Babo transformou no megacássico "O teu cabelo não nega") tem dois CDs cada. O mesmo número é dedicado aos frevos de rua, de bloco e canção tecendo um panorama extenso da folia pernambucana dos anos 50 aos 70, principalmente. Também inserido na série a compilação 'Asas da América' condensa num CD alguns LPs sob esse nome produzidos pelo neofrevista Carlos Fernando, parceiro de Alceu Valença. No elenco um ofidário da MPB, a começar pelo próprio Alceu abrindo os trabalhos com "Pitomba, pitombeira". Elba Ramalho afina o trinado de pastorinha em "A mulherão dia", "Olha o trem" e "Anjo avesso". Fagner vai de "Portela" Caetano Veloso proclama "Bom é batuta" e uma dupla de peso, formada por Jackson do Pandeiro e Gilberto Gil, divide "Sou eu o teu amor". Até Chico Buarque esbalda-se an "Salve a torcida". Com exceção da satírica "Bay bay Baby", levada pelas discotequeiras Frenéticas, de autoria de Nelson Ferreira, todos os frevos são do próprio Carlos Fernando com parceiros como o supracitado Alceu (que canta da dupla "O homem da meia-noite") e Geraldo Azevedo (idem, "Asas da América"). Adaptando o famoso slogan da rádio Jornal do Comércio do Recife, é o mundo (da MPB) cantando para Pamambuco.

Tárik de Souza,
jornalista



O beisebol existe por aqui

O Brasil segue a escola cubana e se dá bem

Para muitos, o beisebol é um jogo de xadrez em que os atletas substituem as peças, tantos são os detalhes em suas regras e opções de tática durante a partida. Mas essas filigranas não são nenhum segredo para André Okada, que joga há três anos nas categorias de base do São Paulo Baseball Club, de Embu-Guaçu.

André é filho de Raimundo Okada, empregado da Caixa e membro da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/CEF).

"Via meus irmãos e colegas jogando e decidi começar também", explica. Seu time disputa campeonatos profissionais.

movidos por clubes na Grande São Paulo e, no final do ano, participa do campeonato brasileiro, que tem 32 times oriundos de etapas classificatórias. Além do exemplo familiar, André acredita que as raízes japonesas pesaram em sua decisão. "O jogo é muito difundido no Japão, e os descendentes mantêm a tradição aqui", diz o atleta.

O beisebol virou mania nacional no Japão - seguindo o que acontece nos Estados Unidos, Austrália e países da América Central - há pouco mais de 100 anos. Foi levado por americanos em 1873. Mas os EUA e o Japão foram derrotados por Cuba na última Olimpíada, em Atlanta. NÃO POR ACASO, A escola cubana do esporte é hoje adotada no Brasil.

O beisebol experimenta atualmente franco crescimento em vários países da

Europa, principalmente na Itália, Bélgica, Holanda e Rússia. Os primórdios do esporte, justamente, são europeus, beisebol seria um derivativo do críquete, praticado desde o século XVIII na Inglaterra.

Sua concepção atual foi imaginada pelo americano Abner Doubleday, por volta de 1840. Foi ele quem dosou a explosão da conquista de novas bases pelos atletas à tática engendrada pelos técnicos.

Um jogo de muitas regras que lembra um tabuleiro

É um jogo diferente para os padrões brasileiros. A começar pelo uniforme: boné, luva, bastão, máscara, protetor de abdome. E, enquanto um time tenta se livrar da bola, o outro precisa alcançá-la antes que caia no chão.

Trata-se do beisebol, popular nos Estados Unidos, Japão e América Central e que, no país, tem 10 mil adeptos. Apesar da tradição pequena, o Brasil já foi campeão mundial na categoria júnior, em 1993 e 1997, e vice em 1995.

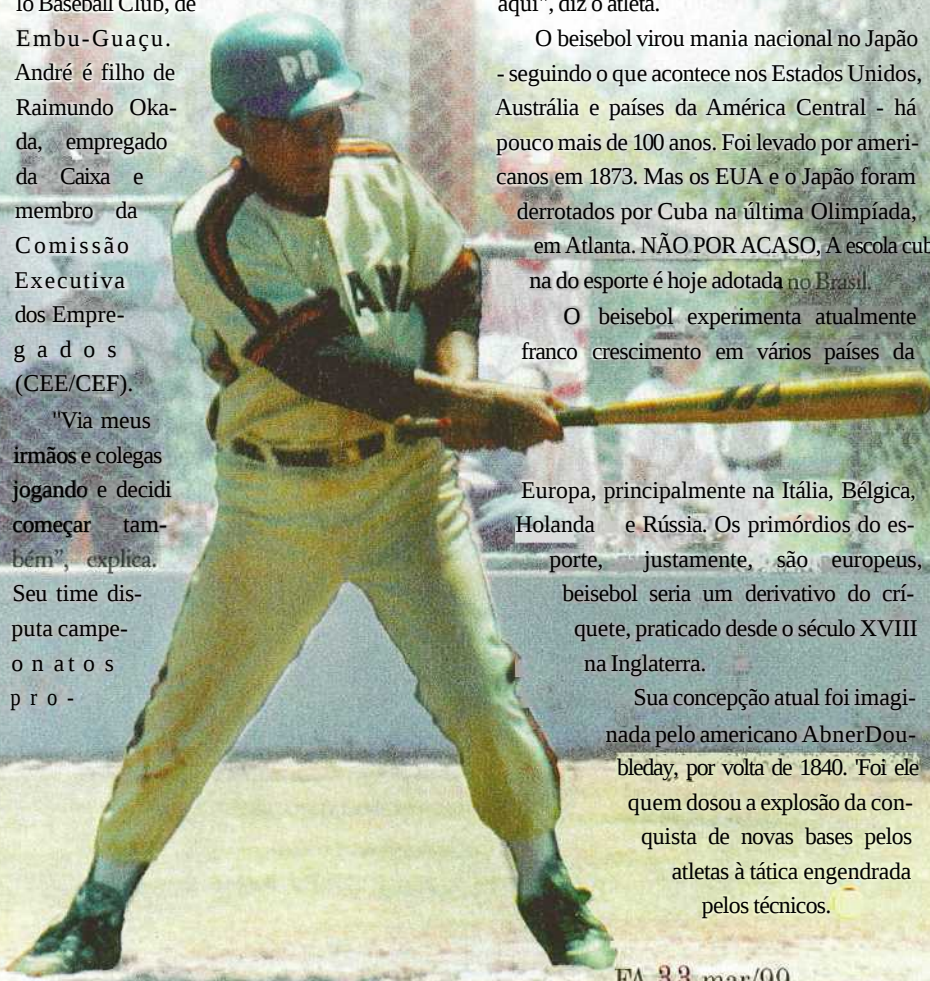
Antes de se aventurar no esporte, é melhor conhecer as regras. E até mesmo o campo de jogo: seu formato é de um quadrante de circunferência, com raio entre 115 e 120 metros.

As equipes disputam nove rodadas (no jargão próprio, "inning"), alternando-se entre a defesa e o ataque. Para fazer ponto, um jogador da equipe precisa dar uma volta completa no perímetro do campo, partindo da base principal e voltando a ela.

E quando o jogador começa a correr? Quando consegue rebater a bola lançada pelo arremessador ("pitcher"). Há três chances para isso, desde que a bola seja arremessada num determinado espaço (a bola "strike"). Caso o pitcher não consiga um strike em quatro tentativas, o rebatedor avança uma base.

Quando a rebatida acontece, a equipe que está na defesa deve interceptar a bola e mandá-la para a primeira base antes que o rebatedor da outra equipe consiga alcançá-la.

Os americanos introduziram o esporte no Brasil, no início do século. O auge no Brasil aconteceu nas décadas de 50 e 60, por conta dos imigrantes japoneses. Hoje, há perto de 100 times no Brasil, a maior parte em São Paulo e nas categorias inferiores.





Visite Nova J

O agreste pernambucano realiza a mais tradicional Semana Santa do país e recebe m

Encravada no coração da estância hidromineral de Fazenda Nova, distrito do município Brejo da Madre de Deus, no agreste pernambucano (a 180 km do Recife), Nova Jerusalém tem na encenação teatral da paixão de Jesus Cristo seu principal ingrediente de atração turística. Este ano o es-

petáculo da via-crucis do filho de Maria e José será mostrado de 26 de março a quatro de abril, trazendo como novidade a participação dos atores globais Héerson Capri (no papel de Cristo) e Miguel Falcabella, interpretando Pôncio Pilatos.

Desde 1968 o espetáculo da paixão de Cristo é encenado em Nova Jerusalém, uma cidade-teatro com 70 mil m². Uma

área equivalente a um terço da Jerusalém original. É o maior teatro ao ar livre do mundo. Nova Jerusalém é cercada por uma muralha de pedra com sete portas e 70 torres de sete metros. No seu interior, um pequeno exército de atores e figurantes - seguido de perto por cerca de oito mil espectadores - percorre os arruados e os nove palcos-platéia todos os anos, durante a



erusalém

ões de turistas, que aproveitam para conhecer Recife

Semana Santa. Uma das cenas mais aplaudidas é aquela na qual os centuriões romanos chicoteiam Cristo caído com a cruz. A multidão se indigna e participa do espetáculo com realismo inacreditável. Os mais revoltados xingam, os mais fervorosos suplicam que aquilo cesse. Mas Cristo, com grande esforço, ergue-se diante de todos e caminha, levando a cruz. Atrás dele vão os cristãos da judéia, com túnicas e pés descalços, seguidos por uma platéia de oito mil cristãos modernos, com seus jeans e máquinas fotográficas, ainda chocados com o que acabaram de presenciar.

Notícia Surgida em Fazenda Nova no ano de 1951, a paixão de Cristo de Nova Jerusalém faz com que até hoje o agreste de Pernambuco seja notícia no mundo inteiro. Tudo começou quando Epaminondas Mendonça (chefe político e dono da farmácia, da mercearia e de um pequeno hotel) leu em uma revista como os alemães da cidade de Oberammergau encenavam a paixão de Cristo e, a partir de então, resolveu adotar a idéia no distrito de Fazenda Nova para animar o comércio local.

A primeira encenação foi feita com familiares e amigos de Mendonça. São 47

anos de temporadas ininterruptas. Esse megaespetáculo, além dos 500 atores e figurantes, movimenta um batalhão de 400 profissionais que formam as equipes de som, luz, restaurante, hospedagem, posto

médico, segurança, contraregra, guarda-roupa e administração. São utilizados 860 refletores para iluminar os cenários e platéias, 280 caixas acústicas, 700 figurinos que compõem o guarda-roupa e 13 catracas eletrônicas.

A paisagem de Nova Jerusalém é semelhante à da

Judéia, o que aumenta mais o realismo, a beleza e a emoção das cenas da paixão de Cristo. Só que o espetáculo não termina com a morte de Jesus na cruz. O final foi mudado e, no lugar da tragédia, optou-se pela ressurreição de Cristo, que sobe ao céu num elevador camuflado sob efeitos especiais de nuvens brancas, muita luz, música triunfal e fogos de artifício de efeito visual. O espaço cósmico dá uma ajudazinha e oferece, nesta época do ano, coincidindo com a cena de ascensão de Jesus, o brilho de uma lua cor de prata. Uma particularidade do agreste de Pernambuco.

Quem optar para ir de avião ao agreste pernambucano deve passar, necessariamente, por cenários como o do Recife e de Porto de Galinhas.

O agreste surpreende o turista desavisado

O agreste de Pernambuco, cenário de Nova Jerusalém, tem belos mirantes e se caracteriza por expressivas formações rochosas. O município de Brejo da Madre de Deus foi palco de filmes como "Riacho de sangue", "A vingança dos doze", "A compadecida" e "Fastão e a noite do espantinho". A estância hidromineral de Nova Jerusalém é um dos principais atrativos turísticos da região.

Outra atração do agreste pernambucano é o parque das esculturas monumentais, no distrito de Fazenda Nova. Ali estão representados tipos populares do Nordeste, esculpidos em rocha granito. Os campings têm espaço para até mil barracas e trailers. É interessante arriscar ainda uma incursão por recantos como a cachoeira do Sobradinho, corredeira do Escorrego, torre de Pedra e mirante da Serra da Prata.

A região do agreste de Pernambuco está ligada aos grandes centros do Nordeste por modernas rodovias e oferece bons hotéis, águas medicinais, frutas típicas, cozinha e artesanato regionais.

Ao visitar as cidades da região, o ideal é perder a pressa para aproveitar. Caruaru, conhecida como a "capital do agreste e do forró", é um dos mais importantes municípios para a economia e a cultura de Pernambuco. É considerada pela Unesco como o maior centro de arte figurativa das Américas.

O roteiro para o distrito de Fazenda Nova, onde se localiza Nova Jerusalém, inclui ainda Vitória de Santo Antão, município famoso como produtor de bebidas. Atrações como essa fazem do agreste pernambucano parada obrigatória para quem curte lugares diferentes.





A energia que vem do vento

Os países do Primeiro Mundo já adotam modelo de energia no qual o Brasil engatinha

Quando dom Quixote investiu contra moinhos de vento, monstros imaginários na obra de Miguel de Cervantes, nem sequer poderia imaginar que a Europa planeja, para 2030, ter 10% de toda sua energia gerados através de turbinas eólicas. Hoje, existem mais de 20 mil turbinas de grande porte no mundo, com capacidade instalada de 5.500 megawatts. No ano 2000, segundo a Agência Internacional de Energia, a capacidade deve subir para 10 mil megawatts.

Muito difundido em países como Estados Unidos, Dinamarca, Alemanha, Espanha e Índia, o uso da energia eólica ainda engatinha no Brasil. No entanto, segundo estimativa do Ministério da Ciência e Tecnologia, em seis anos o país terá 1.600 turbinas instaladas. Uma das primeiras de grande porte existe há 15 anos, em Fernando de Noronha. Os 90 quilowatts/hora de energia eólica da turbina respondem por 4% do que a ilha consome, evitando o

transporte e a queima de 70 mil litros de óleo diesel por ano.

As turbinas eólicas, que podem gerar um megawatt/hora a um preço mínimo de até US\$ 40,00, ainda não competem economicamente com as usinas hidrelétricas já instaladas, que produzem o mesmo volume a US\$ 30,00, mas já são viáveis frente a energia nuclear, gás natural e outras fontes. No entanto, estudos revelam que novas hidrelétricas na Amazônia podem elevar os custos para até US\$ 50,00 o quilowatt/hora, devido aos problemas de transmissão e à inundação muito frequente.

A escassez de fontes no Nordeste, onde o rio São Francisco praticamente já esgotou seu potencial hidrelétrico, também torna a energia eólica uma alternativa atrativa. Afinal, os ventos do litoral brasileiro são bem apropriados para movimentar turbinas.

Projetos

Pensando no vento, o estado do Ceará pretende implantar a maior usina eólica da América do Sul. A companhia energética estadual já abriu licitação, da qual participaram duas empresas, para instalar 100 turbinas com capacidade de 60 megawatts/hora por ano. O resultado será suficiente para suprir 8% do consumo de Fortaleza. O investimento necessário, captado junto aos governos do Brasil e do Japão, será de US\$ 100 milhões.

Muito do esforço para difundir o uso da energia eólica no país deve ser creditado ao Centro Brasileiro de Energia Eólica (CBEÉ), da Universidade Federal de Pernambuco. O centro, já existente há 20 anos e reconhecido como referência pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, instalou em 97 uma turbina em Olinda (PE), que produz 80 mil quilowatts/hora por ano.

O Ceará deverá
instalar a maior
usina da
América Latina

FA

A alternativa que protege totalmente o meio ambiente

Ao contrário das usinas hidrelétricas e termelétricas, as turbinas de energia eólica não causam danos ambientais. Já com relação a fontes alternativas, como a geração nuclear, queima de matéria vegetal ou energia solar, a fonte eólica tem menor custo de produção.

Uma das únicas desvantagens da captação de energia dos ventos é a modificação da paisagem provocada pelas torres metálicas, enfileiradas às centenas. Para solucionar essa questão estética, na Europa foi implantado um sistema off-shore: as turbinas têm sido instaladas no mar, distantes entre um e cinco quilômetros do litoral, em áreas onde a profundidade máxima chega a quatro metros.

Também da Europa vem a prova de que produzir e vender energia eólica pode ser uma boa fonte de renda. No norte da Dinamarca, onde metade da energia consumida vem do vento, cooperativas de produção reúnem cerca de 250 mil pessoas e estão autorizadas pelo governo a produzir para vender o equivalente ao que consomem.

Negociar energia eólica, na Dinamarca, rende mais que aplicar em cadermeta de poupança: 12% ao ano. 'A energia é comprada por empresas', explica o professor Everaldo Feitosa, do Centro Brasileiro de Energia Eólica. Hoje, a Dinamarca é o segundo maior produtor mundial de energia eólica.

Os Estados Unidos são o maior produtor. A maior usina do país, um complexo privado na Califórnia, opera 16 mil turbinas e gera 1,5 bilhão de quilowatts/hora por ano, o que equivale ao consumo da cidade americana de São Francisco.

Agora, prepara a segunda, que poderá gerar até 500 mil megawatts/hora, suficientes para iluminar 60 prédios do centro histórico da cidade.

Para instalar as turbinas, o centro realizou um extenso estudo sobre o vento local.

É necessário medir os ventos segundo a segunda, para posicionar melhor as turbinas e atender a outras condições técnicas.

O professor Everaldo Alencar Feitosa, coordenador do CBEE, informa que Minas Gerais também tem estudos avançados na área. Além dos mineiros, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Distrito Federal e

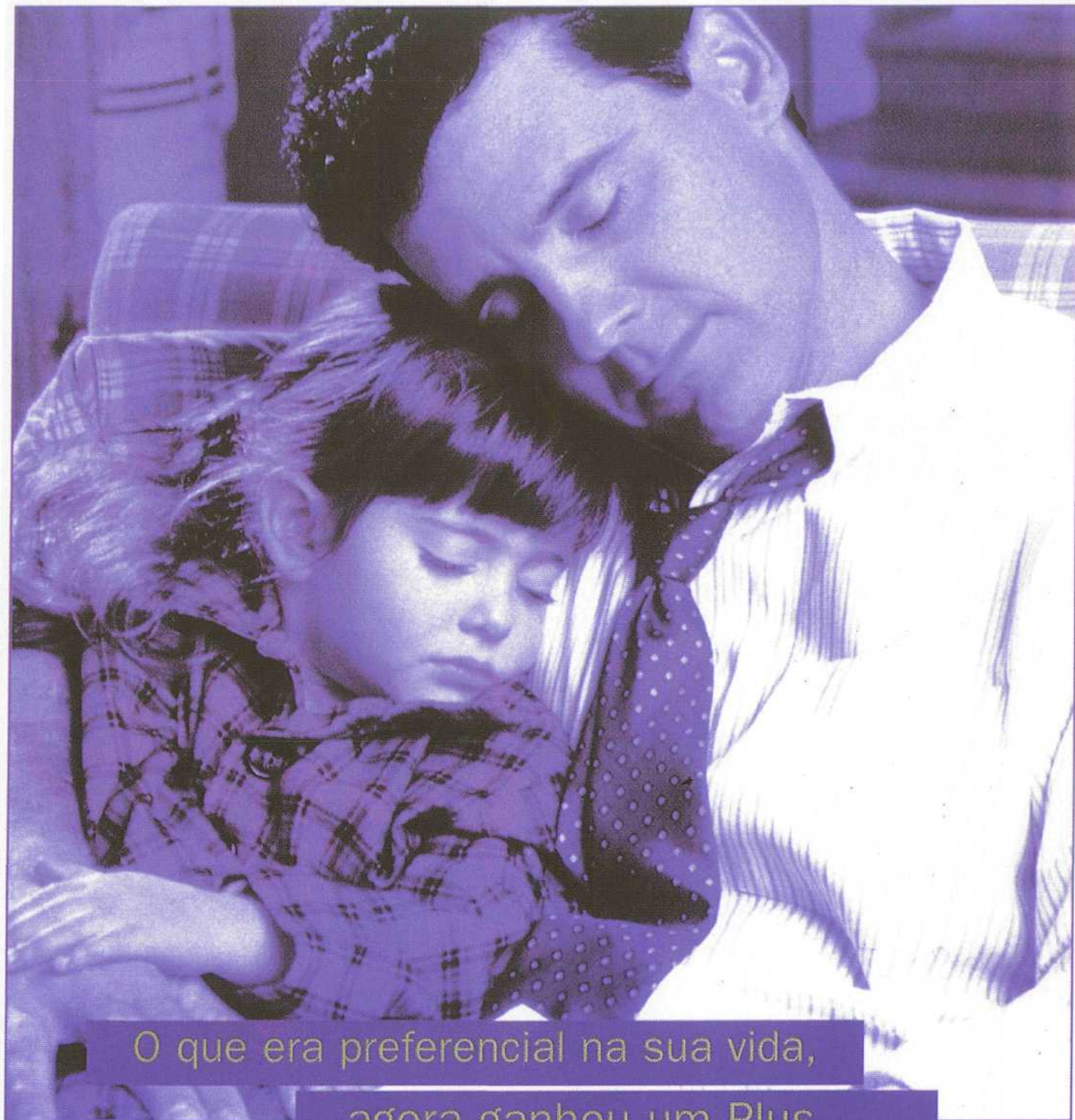
Bahia pesquisam os ventos de suas superfícies.

Segundo Feitosa, "a energia eólica pode ser utilizada tanto em locais de difícil acesso, permitindo a economia de diesel, combustível poluente e de difícil transporte, quanto na rede elétrica convencional, com a injeção de grandes blocos de eletricidade eólica".

A produção dessa fonte alternativa foi facilitada pelo governo, que autorizou a exploração comercial de energia eólica.

A nova legislação vai permitir, por exemplo, que agricultores instalem turbinas, em suas propriedades e tenham uma nova fonte de renda. Isso já acontece nos Estados Unidos e na Dinamarca, por exemplo (leia matéria ao lado).





O que era preferencial na sua vida,
agora ganhou um Plus.

SEGURO
PREFERENCIAL
VIDA *plus*

Plus, porque o seguro que já valoriza seu capital, agora vai valorizar ainda mais - além das coberturas que você já conhece, tem novas coberturas para doenças graves, como: cardíaca, pulmonar, renal, AIDS, neoplásicas malignas, paralisia irreversível e incapacitante. **Plus**, pelo serviço funeral que oferece aos segurados e dependentes toda uma assistência em caso

de falecimento. **Plus**, já que os filhos menores de 21 anos e maiores de 15 anos*, passam a ter cobertura automática (no valor de 10% da Cobertura Básica do Segurado Principal). **Plus**, ao permitir a inclusão de parentes (pai, mãe, filhos e irmãos), através de desconto por débito automático em conta corrente ou pagamento por ficha de compensação. **Plus**, porque além de você se sentir mais seguro, vai concorrer a R\$ 10.000,00 todo mês. Tudo isso com o menor custo do mercado e a garantia da SASSE. O que era Preferencial Vida, agora é Preferencial Vida Plus. Quer mais?

* Limite somente para os menores de 14 anos (neste caso, o seguro destina-se apenas ao reembolso das despesas com funeral).



FENAE TUR

Sua viagem na melhor companhia



Fenaetur@fenaetur.org.br

Belém (091) 224-2096 / Belo Horizonte (031) 201-4196 / Brasília (061) 226-8821 / Fortaleza (085) 261-7700

Recife (081) 465-3062 / Rio de Janeiro (021) 509-3462 / Salvador (071) 340-6856

DEMAIS LOCALIDADES CENTRAL RESERVAS BRASIL TOOL FAX: 0800 614060